

SEE

Sector Empresarial do Estado

Relatório 2011

Julho 2011



Ministério das Finanças

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2011”

é uma publicação da

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19
Presença na *Internet*: www.dgtf.pt
E-mail: tesouro@dgtf.pt

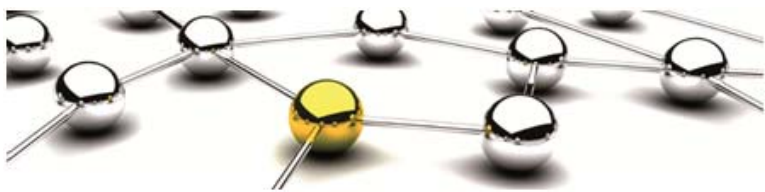


As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da actividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas.

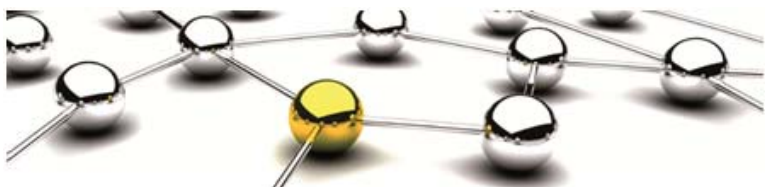


ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO	6
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF	9
3.1. Apreciação Global	9
3.2. Sector da Saúde	14
3.3. Análise por sectores de Actividade	18
3.3.1. Comunicação Social	18
3.3.2. Cultura	20
3.3.3. Gestão de Infra-estruturas	22
3.3.4. Requalificação Urbana e Ambiental	25
3.3.5. Serviços de Utilidade Pública	28
3.3.6. Transportes	30
3.3.7. PARPÚBLICA	33
4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS	36
4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos	36
5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE	41
5.1. Investimento directo do SEE	41
5.2. Financiamento Global das EPNF	44
5.3. Limite ao endividamento das EPNF	49
6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	52
6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios	53



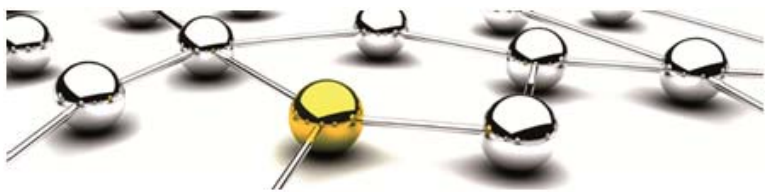
6.2.	Dotações de Capital	55
6.3.	Empréstimos	56
6.4.	Assunção de Passivos e de Responsabilidades	57
6.5.	Garantias Concedidas	58
6.6.	Transmissão de Património de Sociedades Extintas	63
6.7.	Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário	63
7.	RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	65
8.	INSTRUMENTOS DE GESTÃO RISCO FINANCEIRO	69
9.	PESO DO SEE NA ECONOMIA	73
9.1.	Peso no Produto Interno Bruto	73
9.2.	Peso no Emprego	74
9.3.	Produtividade relativa do SEE	74
10.	ANEXOS	76
10.1.	Empresas Públicas em 2009 e 2010	76
10.2.	Outras Participações (carteira acessória)	79
10.3.	Empresas em liquidação	80
10.4.	Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2010	81
10.5.	Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2009	82
10.6.	Balanço das EPNF por sectores – 2010	83
10.7.	Balanço das EPNF por sectores – 2009	84
10.8.	Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2010/2009	85
10.9.	Balanço do Sector da Saúde – 2010/2009	86
10.10.	Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2010-2009	87
10.11.	Balanço das EPF – Grupo CGD - 2010-2009	88



Abreviaturas e Conceitos Utilizados

Abreviaturas	Significado
CGD	Caixa Geral de Depósitos
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
IFRS	International Financial Reporting Standards
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
PIB _{pm}	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC	Plano Oficial de Contabilidade
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SA	Sociedade Anónima
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPA	Sector Público Administrativo
SPE	Sociedade Portuguesa de Empreendimentos

Conceitos	Fórmulas
Autonomia Financeira	Capital Próprio/ Total do Activo
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Estrutura Patrimonial	Capitais Permanentes/(Activo Não Corrente)
Margem do EBITDA	EBITDA/ Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VAB _{cf} / N.º Médio de Trabalhadores
Solvabilidade	Capital Próprio/ Total do Passivo
VAB _{cf}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a custo dos factores = Vendas + Prestações de Serviços + Variação da Produção + Trabalhos para a própria empresa + Subsídios à exploração - Custos das Mercadorias Vendidas e Mercadorias Consumidas - Fornecimentos e Serviços Externos
VAB _{pm}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado = VAB _{cf} - Subsídios à Exploração
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços



1. INTRODUÇÃO

No âmbito da missão da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças de exercício da função accionista do Estado e do acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), procede-se à apreciação da situação económica e financeira das empresas públicas com participação directa do Estado, reportada a 31 de Dezembro de 2010, e sobre os aspectos mais relevantes da actividade do Estado enquanto accionista, designadamente as alterações observadas no universo das suas participações, a actividade de investimento desenvolvida, as necessidades de financiamento globais, o esforço financeiro realizado pelo Estado dirigido às empresas públicas e o peso do SEE na economia.

O presente relatório foi elaborado com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual se encontra em vigor desde 1 de Janeiro de 2010. Os procedimentos de transição para o novo referencial contabilístico, sobretudo de reclassificação, reconhecimento e mensuração, levados a cabo pelas empresas sobre as contas de 2009 asseguram a comparabilidade das demonstrações financeiras do ano corrente com as do ano anterior.

A estrutura conceptual do SNC, bem como das IFRS, é radicalmente diferente da do POC. A transição para o novo referencial contabilístico conduziu a alterações profundas nas demonstrações financeiras das EPNF, designadamente quanto ao tratamento dos subsídios ao investimento e dos instrumentos financeiros derivados, as quais tiveram impactos materialmente relevantes, quer no resultado final, quer na posição financeira das empresas.

As contas dos grupos ANA e AdP são consolidadas nas demonstrações financeiras do grupo Parpública. Nesta conformidade os grupos ANA e AdP não relevam directamente para a Apreciação Global das EPNF (Ponto 3.1. deste relatório) fazendo-se apenas referência a estas empresas quando justificadas. No entanto, dada a importância do contributo das mesmas para o desempenho económico e financeiro sectorial, o grupo ANA encontra-se incluído na análise do Sector Gestão de infra-estruturas e o grupo AdP integra a análise do Sector Serviços de Utilidade Pública.

As entidades públicas empresariais do Sector da Saúde ainda não adoptaram o SNC, apresentando as suas contas em POC¹, referentes a 2009 e 2010, não podendo, por isso, ser agregadas com as contas das restantes empresas.

¹ O POCMS não se encontra revogado. Sendo, actualmente o sistema contabilístico aplicável ao Sector da Saúde.



O processo de recolha e agregação dos elementos de informação mais relevantes, para efeitos de análise do desempenho e da situação económico-financeira das empresas, foi desenvolvido com recurso aos dados disponibilizados pelas empresas públicas através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

O universo de empresas considerado no actual relatório conta com 98 empresas públicas com participação directa do Estado e abrange 9 sectores de actividade distintos.

É de referir que foram dadas orientações ao SEE no sentido de respeitar as orientações relativas a actualizações salariais também adoptadas na Administração Central que conduziram à inexistência de aumentos salariais e à abstenção de negociar cláusulas de efeito pecuniário com implicações significativas em anos subsequentes.

DGTF, 15 de Julho de 2011



2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em 31 de Dezembro de 2010, o Estado detinha directamente, através da DGTF, um universo de 98 empresas públicas ([Anexo 10.1](#)) com participação directa relevante do Estado, incluindo-se nestas as entidades públicas empresariais, cujo valor nominal ascende a M€ 15 061.

Para além dessas empresas públicas, que serão objecto de análise no presente relatório, integram também o SEE um vasto conjunto de empresas onde o Estado detém participações minoritárias - classificadas, de acordo com o regime jurídico do SEE, como empresas participadas - e que se encontram agrupadas na chamada “carteira acessória” de participações do Estado, identificadas no quadro [Anexo 10.2](#). (Outras participações). Incluem-se ainda, neste último, algumas empresas cuja manutenção na posse do Estado se reveste de carácter excepcional ou transitório. Acrescem, finalmente, as empresas do SEE em processo de liquidação, identificadas no quadro [Anexo 10.3](#).

No [Quadro 2.1.1](#) apresentam-se as principais alterações na carteira de participações do Estado ocorridas em 2010.



Quadro 2.1.1
Alterações na carteira de participações
Participações do Estado - síntese evolutiva

Sector		Ano		Entradas	Saídas	Var.
		2010	2009			
Participações Relevantes	Comunicação Social	2	2			0
	Cultura	3	3			0
	Gestão de Infra-Estruturas	15	15			0
	Requalificação Urbana e Ambiental	9	9			0
	Saúde	42	39	Hospital do Litoral Alentejano, EPE Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE Hospital Curry Cabral		+3
	Serviços de Utilidade Pública	2	2			0
	Transportes	7	7			0
	Parpública	1	1			0
	Outros Sectores	13	12	SPMS - Serviços Part. do Min. da Saúde, EPE		+1
	Empresas Públicas Financeiras	3	3			0
	Empresas Sediadas no Estrangeiro	1	0	Fundo de Estabilização da Zona Euro, SA		+1
	<i>subtotal (1)</i>	98	93			
Outras participações	Carteira Acessória	33	32	Parquiverca - Coop. Abast. Alimentar, SCARL		+1
TOTAL		131	125			

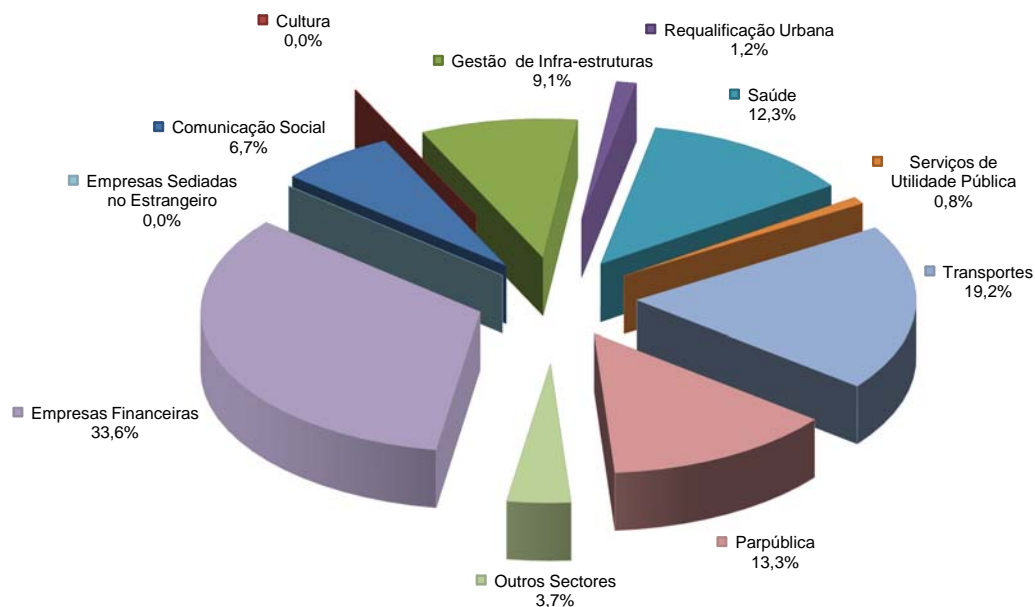
Tendo em conta o valor nominal das participações do Estado em empresas públicas, a estrutura do SEE por sectores de actividade é a representada no **Gráfico 2.1.1**, observando-se que os sectores “Financeiro”, onde se destaca a CGD, e o de “Transportes”, correspondem, no conjunto, a cerca de metade do montante global das participações sociais do Estado.



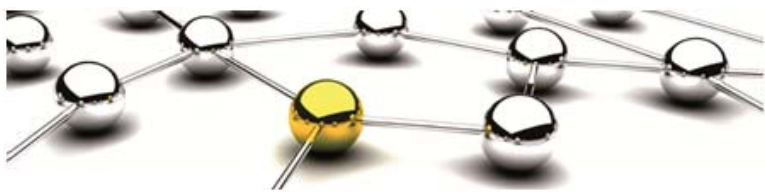
Gráfico 2.1.1

Empresas Públicas - Participações Directas do Estado/DGTF (31-12-2010)

Estrutura de participações por Sectores de Actividade



Merece também referência o peso significativo da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., *holding* do Estado que assume um papel instrumental relevante na gestão de participações sociais e de património imobiliário, cuja carteira de participações em empresas do grupo e associadas ascendia, em 31 de Dezembro de 2010, a M€5 659.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global²

O conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras³ (EPNF) registou, em 2010, um agravamento do resultado líquido agregado⁴ de M€ 873 face ao exercício do ano anterior, influenciado pela variação negativa dos resultados do sector dos transportes (M€ -544) e da Parpública (M€ -408).

A variação negativa registada no resultado líquido agregado deriva do efeito da deterioração quer do resultado operacional após subsídios (M€ -261) quer do resultado financeiro (M€ -589), este último com uma contribuição negativa de 67%. De assinalar ainda que as perdas por imparidade de activos não depreciáveis e as variações negativas de justo valor de activos e instrumentos de cobertura de risco financeiro registadas nas seis maiores empresas, ascenderam a M€ 347, factores que explicam em cerca de 39% o prejuízo global apurado em 2010.

O desempenho económico das empresas que constituem o SEE reflectiu-se na diminuição da capacidade de libertação de meios, tendo-se registado um EBITDA agregado de M€ 1 329, o que consubstancia um decréscimo de 25% face ao exercício anterior. A margem EBITDA das empresas do SEE sofreu uma quebra de 8,8 p.p.

Quadro 3.1.1 Empresas Públicas Não Financeiras Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais			
	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	8.745	279.722	(270.978)	-96,9%
Resultado operacional após subsídios	356.406	617.274	(260.868)	-42,3%
Resultado financeiro	(1.048.539)	(459.449)	(589.090)	-128,2%
Resultado líquido	(879.885)	(6.951)	(872.934)	-12557,8%
EBITDA	1.328.829	1.770.872	(442.043)	-25,0%
Margem EBITDA	17,7%	26,5%	-8,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

² Apreciação Global das EPNF, sem o sector da Saúde.

³ As empresas públicas financeiras (EPF) são objecto de apreciação no **Ponto 4.** deste relatório.

⁴ Agregação com base nas contas das EPNF, sendo utilizada as contas consolidadas sempre que aplicável.



Não obstante o resultado líquido global agregado do conjunto das EPNF ter sido negativo, em consequência, fundamentalmente, do maior peso dos resultados apurados pelas empresas do Sector de Transportes (M€ -973) e REFER (M€ -147), importa sublinhar o desempenho económico positivo registado pelo conjunto das empresas que integram os sectores de Infra-estruturas⁵, comunicação social, grupo Parpública e CTT, com resultados líquidos positivos de M€ 114, M€ 15,7, M€ 98 e de M€ 56, respectivamente.

Destacam-se ainda os contributos positivos dos seguintes sectores de actividade (**Quadro 3.1.2**) para a variação dos resultados:

- Infra-estruturas: as empresas gestoras de infra-estruturas registaram, no conjunto, uma melhoria do resultado operacional superior ao agravamento do resultado financeiro. A EP e a EDIA foram as empresas que mais contribuíram para o aumento do resultado operacional positivo do sector;
- Comunicação Social: a RTP beneficiou da diminuição dos juros suportados com empréstimos e da valorização do instrumento financeiro *Eurogreen*, mas também da evolução operacional positiva na empresa obtida através da redução de gastos operacionais;
- Requalificação Urbana e Ambiental: para a qual contribuiu principalmente o grupo Parque Expo 98, através da variação positiva do resultado operacional e da evolução favorável do resultado financeiro negativo. A Parque Expo 98 registou uma diminuição dos encargos suportados com o endividamento financeiro.

⁵ Sector das infra-estruturas sem a ANA que consolida com a Parpública e sem a REFER.



Quadro 3.1.2
Empresas Públicas Não Financeiras
Variações de Resultados de 2010 / 2009 - Por sectores

Milhares de euros

Sectores	Variações de R. operacionais	Variações de R. financeiros	Variações de R. líquidos
Comunicação Social	19.916	26.694	39.439
Cultura	(235)	15	(223)
Infra-estruturas ⁽¹⁾	134.446	(82.861)	48.328
Req. Urbana e Ambiental	7.100	1.617	8.735
Serviços de Utilidade Pública ⁽²⁾	(20.464)	350	(3.628)
Transportes	(67.701)	(476.692)	(543.990)
Parpública ⁽³⁾	(330.427)	(42.395)	(408.107)
Outros	(3.501)	(8.728)	(13.489)

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

(1) - Sem a ANA que integra as contas consolidadas da Parpública.

(2) - Sem a AdP que integra as contas consolidadas da Parpública.

(3) - Parpública reflecte os resultados da ANA e AdP.

Pelo contrário, a Parpública e o sector dos transportes registaram variações negativas substanciais dos resultados líquidos, pelas razões apresentadas em seguida:

- Parpública: a diminuição do resultado líquido de M€ 408 é explicada, essencialmente, pelo aumento das perdas por imparidade (M€ - 232) dos activos financeiros, pela redução aos aumentos do justo valor do património imobiliário (M€ -21), pelo agravamento dos resultados financeiros negativos (M€ - 42) e pelo facto de algumas empresas participadas no segmento das actividades aeronáuticas - onde se inclui com especial destaque o Grupo TAP - terem registado perdas significativas nos resultados (M€ -75). Os Grupos AdP e ANA amenizaram os efeitos adversos dos factores anteriormente referidos, uma vez que contribuíram positivamente para o resultado líquido consolidado da Parpública, através da evolução favorável dos resultados operacionais que suplantaram o comportamento desfavorável dos seus resultados financeiros negativos;
- Transportes: quanto às empresas de transportes, viram os seus resultados balizados pela inadequação dos gastos operacionais a variações da procura devido à rigidez da estrutura operacional, a significativas perdas por reduções do justo valor dos instrumentos de cobertura de risco financeiro com reflexos nos resultados financeiros negativos, ao aumento dos juros e gastos similares em consequência do acréscimo de



endividamento remunerado da CP, da Metropolitano de Lisboa (ML) e da Metro do Porto (MP), o que resultou num agravamento dos resultados operacional e financeiro;

- Serviços de Utilidade Pública: Não obstante a apresentação de resultado líquido positivo, o Grupo CTT revelou quebra da actividade postal e consequente redução do resultado operacional (M€ -20).

As variações observadas no volume de negócios (**Quadro 3.1.3**) são explicadas, em grande medida, pelas empresas que integram o sector das infra-estruturas e o Grupo Parpública, as quais registaram um aumento de M€ 525 e M€ 361, respectivamente. Esta variação, foi acompanhada por uma diminuição do efectivo médio de trabalhadores e por aumento moderado dos gastos com o pessoal.

Quadro 3.1.3 Empresas Públicas Não Financeiras Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e nº de trabalhadores

	Globais			
	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	7.521.583	6.683.606	837.977	12,5%
Gastos com Pessoal	2.240.889	2.175.466	65.423	3,0%
VABcf	3.424.003	3.335.045	88.958	2,7%
N.º médio de trabalhadores	57.857	58.356	(499)	-0,9%
<i>VABcf per capita</i>	59,2	57,1	2,0	3,6%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A produtividade média dos trabalhadores – medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo de factores (VAB_{cf}) *per capita* – registou um acréscimo de 3,6%, em termos nominais, em resultado do acréscimo verificado no volume de negócios das EPNF e da contracção do número de trabalhadores.

Da variação registada no activo agregado (**Quadro 3.1.4**), cerca de 91% (M€ 5 050) decorre do aumento das rubricas do activo não corrente, traduzindo, por um lado, os investimentos realizados no sector das infra-estruturas de transportes rodoviários, ferroviários, aeroportuários e outras (M€ 2 046) e pela empresa Parque Escolar (M€ 870) no Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, e por outro, a alteração patrimonial do grupo Parpública (M€ 1 996) no âmbito da gestão das carteiras de imóveis e de participações sociais em diversas empresas.



Quadro 3.1.4 Empresas Públicas Não Financeiras Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais			
	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	55.779.487	50.247.064	5.532.423	11,0%
Capital próprio	(1.506.943)	(1.113.610)	(393.333)	-35,3%
Interesses minoritários	554.494	518.872	35.622	6,9%
Passivo	57.286.430	51.360.674	5.925.757	11,5%
Autonomia financeira (%)	-2,7%	-2,2%	-0,5 p.p.	
Solvabilidade (%)	-2,6%	-2,2%	-0,4 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	88,9%	92,3%	-3,4 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

No final de 2010 a posição financeira das EPNF era negativa e ascendia a M€ - 1 507, tendo-se agravado em cerca de M€ 393 face ao ano anterior, devido essencialmente às variações ocorridas no sector dos transportes (M€ -910), na REFER (M€ -146) e na EDIA (M€ -154). As restantes EPNF apresentaram aumentos do capital próprio no montante total de M€ 816.

O passivo agregado das EPNF registou um aumento percentual próximo do crescimento observado no activo, reflectindo-se numa degradação dos rácios financeiros, evidenciando um excessivo recurso a capitais alheios para financiamento das suas actividades, não obstante os apoios financeiros concedidos pelo Estado através de indemnizações compensatórias e dotações de capital. Esta evolução espelha o crescente peso do endividamento e dos elevados encargos financeiros na actividade das EPNF.

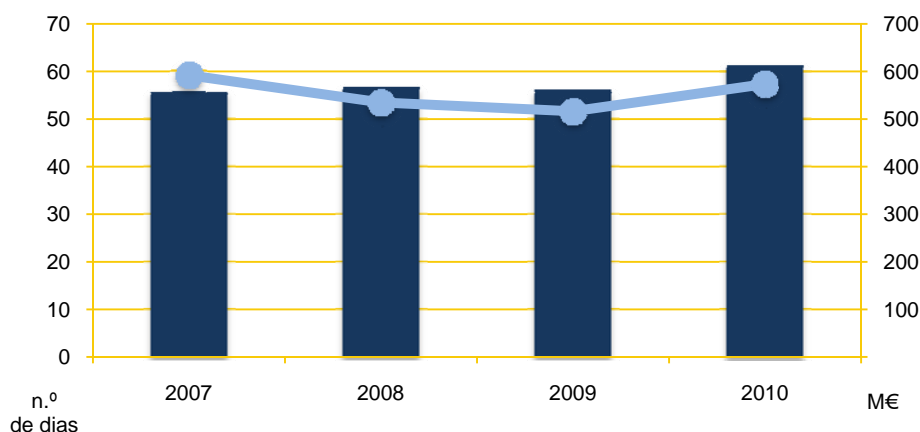
O esforço financeiro do Estado dirigido às EPNF (Ponto 6. do presente relatório), sem garantias, ascendeu, em 2010, a M€ 986, o que representa um decréscimo de 9,3% face ao ano anterior, considerando-se apenas as dotações de capital para reforço ou constituição de capital social, os subsídios e as indemnizações compensatórias e empréstimos concedidos, no âmbito do Capítulo 60º do Orçamento do Estado, incluindo as Empresas Públicas Financeiras (EPF), o esforço financeiro do Estado ascendeu, em 2010, a M€ 1 536.

Por último, importa analisar a evolução do prazo médio de pagamento das EPNF, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de Fevereiro (Programa Pagar a Tempo



e Horas, Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril), conjugado com o saldo médio de dívidas de terceiros, representado no gráfico seguinte:

Gráfico 3.1.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



Fonte: DGTF

■ Dívidas a Fornecedores —●— PMP

Durante o triénio 2007/2009 as EPNF evidenciaram uma redução sustentada do prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), passando de 59 dias em 2007, para 53 dias em 2008 e 52 dias em 2009, a qual foi acompanhada pela diminuição dos montantes das dívidas a fornecedores. Em 2010, devido à conjuntura financeira particularmente difícil que tiveram de enfrentar, as EPNF dilataram o PMP para 57 dias e viram aumentado o saldo médio de dívidas a fornecedores.

Apesar do agravamento registado, o actual prazo de pagamentos continua a comparar-se favoravelmente com o prazo médio de pagamentos das empresas portuguesas no segmento *business to business*, que, em 2010, foi de 88 dias⁶, contribuindo assim para uma maior eficiência da economia.

3.2. Sector da Saúde

Os dados do sector da Saúde nos dois exercícios não são directamente comparáveis, devido à criação de três novas entidades públicas empresariais em 2010 (Hospital de Curry Cabral, EPE, Hospital do Litoral Alentejano, EPE e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE). Também o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, EPE, criado no final de 2009 (Novembro)

⁶ Fonte: *European Payment Index* 2010



teve em 2010 o seu primeiro ano completo de actividade. Os dados de 2010 incorporam, face aos de 2009, o impacto adicional da actividade destas 4 entidades.

As três novas entidades públicas empresariais criadas em 2010 resultam da transformação directa de entidades anteriormente pertencentes ao Sector Público Administrativo (SPA). São os casos do Hospital de Curry Cabral, EPE e do Hospital do Litoral Alentejano, EPE, que sucedem ao anterior Hospital de Curry Cabral e Hospital do Litoral Alentejano, respectivamente. Por sua vez, a Unidade de Saúde de Castelo Branco, EPE, resulta da integração do Hospital Amato Lusitano – Castelo Branco, com os agrupamentos dos centros de saúde da Beira Interior Sul e do Pinhal Interior Sul.

No final do exercício de 2010, o sector da Saúde era constituído por 42 entidades hospitalares. (ver [Anexo 10.1](#))⁷, face às 39 existentes em 31 de Dezembro de 2009.

Destas transformações e agregações resultou a extinção das anteriores unidades de saúde, conforme se constata no [Quadro 3.2.1](#):

Quadro 3.2.1
Sector da Saúde
Listagem de unidades de saúde transformadas em Hospitais E.P.E.

Designação	Unidades agregadas / Antiga designação	Legislação
Hospital de Curry Cabral, EPE	Hospital de Curry Cabral	DL n.º 21/2010, de 24 de Março
Hospital do Litoral Alentejano, EPE	Hospital do Litoral Alentejano	DL n.º 303/2009, de 22 de Outubro
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	Integrou o Hospital Amato Lusitano - Castelo Branco, com os agrupamentos de centros de saúde da beira Interior Sul e do Pinhal Interior Sul	DL n.º 318/2009, de 2 de Novembro

A realidade destas 42 entidades públicas empresariais é, naturalmente, muito heterogénea, o que se traduz em performances muito diferentes no que concerne aos seus resultados individuais. Por exemplo, os resultados líquidos oscilam entre M€-42 (Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE) e M€+11 (IPO Porto, EPE).

O resultado líquido agregado do sector registou, no exercício de 2010, um valor aproximado de M€ -319. Contribuíram com valor negativos superiores a M€-20 as entidades Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, Centro Hospitalar de Lisboa Central EPE, Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, Hospital Garcia de Orta, EPE, Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE, Centro Hospitalar de Coimbra, EPE e Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, EPE, representando, em conjunto, 62,5% do valor apurado.

⁷ Em resultado das alterações verificadas neste sector de actividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter em consideração as referidas transformações.



São estas mesmas entidades a contribuírem para a performance operacional negativa agregada com valores acima de M€ -20, representando 48% da formação do Resultado Operacional antes de Subsídios, tendo-se verificado uma diminuição aproximada de M€ 5, de 2009 para 2010.

Quadro 3.2.2 Sector da Saúde Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(410.448)	(314.916)	(95.532)	-30,3%
Resultado operacional após subsídios	(388.969)	(288.366)	(100.603)	-34,9%
Resultado financeiro	993	3.997	(3.004)	-75,1%
Resultado líquido	(318.636)	(264.746)	(53.890)	-20,4%
EBITDA	(198.925)	(111.212)	(87.713)	-78,9%
Margem EBITDA	-4,2%	-2,5%	-1,7 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O crescimento do volume de negócios (+5,3%) explica-se essencialmente pela integração e criação, no universo das EPE, das novas unidades. O mesmo facto explica o aumento dos custos com pessoal (+4,7%), com um aumento do n.º médio de trabalhadores, de 87.936 em 2009 para 92.273 em 2010 (+4.337).

A produtividade do universo dos hospitais EPE, não evoluiu positivamente, com o VAB_{cf} *per capita* a registar uma diminuição de 2,3%.

Quadro 3.2.3 Sector da Saúde Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e nº de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	4.744.473	4.505.545	238.928	5,3%
Custos com pessoal	2.748.920	2.625.519	123.400	4,7%
VAB_{cf}	2.373.211	2.314.322	58.888	2,5%
N.º médio de trabalhadores	92.273	87.936	4.337	4,9%
VAB _{cf} per capita	25,7	26,3	(0,6)	-2,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



O maior volume de negócios é apresentado pelo Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE (M€ 357), seguido do Hospital de São João, EPE (M€ 321). No extremo oposto encontra-se o Hospital Magalhães de Lemos, EPE (M€ 18), seguido do Hospital do Litoral Alentejano, EPE (M€ 24).

Igualmente, as 42 entidades que compõem este sector apresentam dimensões patrimoniais bastante variadas. Assim, por exemplo, verificou-se que, em 2010, o activo líquido destas empresas apresentou valores entre M€ 16 (Hospital Santa Maria Maior, EPE) e M€ 682 (Hospital da Universidade de Coimbra, EPE).

A integração e criação de novas entidades explicam o acréscimo do activo líquido e do passivo agregado do sector.

Relativamente ao capital próprio, o decréscimo verificado (M€ -136) resulta do efeito conjugado derivado da insuficiente cobertura dos resultados líquidos agregados (M€ -319), pelas dotações de capital realizadas pelo Estado no montante de M€ 52 (ver [Quadro 6.2.1](#)), e pelo contributo positivo de M€ 96 das novas entidades criadas em 2010.

Quadro 3.2.4 Sector da Saúde Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

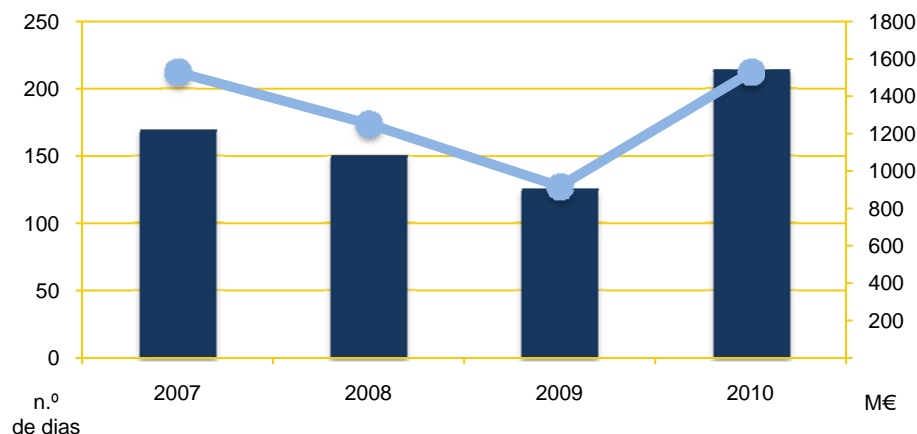
	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	5.986.061	4.871.161	1.114.900	22,9%
Capital próprio	1.271.972	1.407.842	(135.870)	-9,7%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	4.714.089	3.463.319	1.250.770	36,1%
Autonomia financeira (%)	21,2%	28,9%	-7,7 p.p.	
Solvabilidade (%)	27,0%	40,7%	-13,7 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	74,1%	91,3%	-17,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No quadro seguinte evidencia-se a evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores do sector, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril), conjuntamente com o saldo médio de dívidas a fornecedores.



Gráfico 3.2.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



Fonte: ACSS

■ Dívidas a Fornecedores —●— PMP

Verifica-se que, de 2007 a 2009, o sector apresenta uma redução continuada das duas componentes. O prazo médio de pagamentos a fornecedores evoluiu de 212 dias e um saldo médio de M€ 1.222, em 2007, para 128 dias e M€ 906, em 2009. Em 2010, a evolução acumulada no triénio anterior foi anulada, regressando o prazo médio de pagamentos a fornecedores a 212 dias, o valor de partida de 2007. O valor médio da dívida atingiu M€ 1.546, constituindo-se no valor mais elevado dos últimos quatro anos.

Com o agravamento verificado em 2010, o prazo médio de pagamentos a fornecedores do sector distanciou-se ainda mais do prazo médio de pagamentos a fornecedores do segmento *business to business* das empresas portuguesas, que foi de 88 dias⁸ em 2010.

3.3. Análise por sectores de Actividade⁹

3.3.1. Comunicação Social

Este sector integra a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA, sendo a sua evolução determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua expressiva dimensão.

⁸ Fonte: *European Payment Index* 2010

⁹ Não se efectua neste capítulo a análise das empresas consideradas em “Outros Sectores” por englobar um conjunto de entidades heterogéneo e disperso por diversas áreas.



Em 2010, o sector da comunicação social melhorou o resultado líquido em M€ 39,4, evolução explicada não só pela redução do resultado financeiro negativo da RTP, o qual beneficiou da diminuição dos juros suportados com empréstimos e da valorização do instrumento financeiro *Eurogreen*, mas também pela evolução operacional positiva na empresa obtida através da redução de gastos operacionais.

Quadro 3.3.1.1 Sector da Comunicação Social Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(97.566)	(116.089)	18.522	16,0%
Resultado operacional após subsídios	23.658	3.742	19.916	532,3%
Resultado financeiro	(89)	(26.782)	26.694	99,7%
Resultado líquido	15.730	(23.710)	39.439	166,3%
EBITDA	31.739	14.202	17.537	123,5%
Margem EBITDA	15,5%	7,0%	8,5 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O bom desempenho operacional do sector traduziu-se na melhoria do resultado operacional antes de subsídios, que progrediu 16%, no crescimento do EBITDA de 123,5%, na melhoria de 8,5 p.p. na margem EBITDA e no aumento da produtividade média, medida pelo VAB_{cf} *per capita*, de 4,5%.

Quadro 3.3.1.2 Sector da Comunicação Social Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e nº de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	204.527	203.639	887	0,4%
Gastos com Pessoal	115.336	125.406	(10.070)	-8,0%
VAB_{cf}	156.933	156.157	776	0,5%
N.º médio de trabalhadores	2.546	2.647	(101)	-3,8%
VAB _{cf} per capita	61,6	59,0	2,6	4,5%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à evolução da situação patrimonial do sector, assinala-se o ligeiro acréscimo do activo, promovido pelo incremento dos inventários (aquisição de programas) e das disponibilidades de caixa e depósitos bancários na RTP.



Quadro 3.3.1.3 Sector da Comunicação Social Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	397.284	393.973	3.311	0,8%
Capital próprio	(545.534)	(681.283)	135.749	19,9%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	942.818	1.075.256	(132.437)	-12,3%
Autonomia financeira (%)	-137,3%	-172,9%	35,6 p.p.	
Solvabilidade (%)	-57,9%	-63,4%	5,5 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	34,8%	13,4%	21,4 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Do lado das fontes de financiamento regista-se a evolução positiva do capital próprio das empresas do sector. No caso da RTP, a empresa beneficiou de um reforço do capital social de M€ 120,3, (**Quadro 6.2.1**) realizado pelo Estado ao abrigo do Acordo de Reestruturação Financeira.

Face à reduzida variação do activo, o reforço do capital próprio da RTP traduziu-se numa redução substancial do passivo da empresa, designadamente do endividamento financeiro.

Em resultado da recuperação do capital próprio e da diminuição do passivo, a débil estrutura financeira do sector melhorou, sendo a evolução do rácio de estrutura patrimonial o sinal mais expressivo desta melhoria.

3.3.2. Cultura

O sector da Cultura integra actualmente três entidades públicas empresariais gestoras de estruturas vocacionadas para o desenvolvimento de actividades artísticas cénicas e musicais:

- Teatro Nacional D. Maria II, EPE (doravante designado TNDM II);
- Teatro Nacional de S. João, EPE (doravante designado TNSJ);
- OPART - Organismo de Produção Artística, EPE (doravante designada OPART), que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado e integra, ainda, a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o coro do Teatro Nacional de S. Carlos.



Quadro 3.3.2.1 Sector da Cultura Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(25.546)	(26.009)	463	1,8%
Resultado operacional após subsídios	(428)	(193)	(235)	-121,8%
Resultado financeiro	(2)	(17)	15	87,4%
Resultado líquido	(457)	(233)	(223)	-95,6%
EBITDA	416	385	32	8,2%
Margem EBITDA	5,0%	4,5%	0,5 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No conjunto do sector, verifica-se uma melhoria dos resultados operacionais antes de subsídios, que se traduziu num aumento de 1,8%, em parte, resultante da redução de gastos operacionais (fornecimentos de serviços externos), permitindo uma variação positiva do EBITDA (+8,2%).

Quadro 3.3.2.2 Sector da Cultura Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e n.º de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	8.364	8.492	(128)	-1,5%
Gastos com Pessoal	21.443	21.171	271	1,3%
VABcf	22.436	22.143	293	1,3%
N.º médio de trabalhadores	594	588	6	1,0%
VABcf per capita	37,8	37,7	0,1	0,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O contexto económico desfavorável reflecte-se negativamente na procura de bens artísticos, no entanto, o volume de negócios manteve-se em níveis próximos do exercício anterior (manifestando um ligeiro decréscimo de 1,5%).

A maior contribuição (65%) para o volume de negócios provém da actividade do TNDM II, com um grau de sustentabilidade acima da média, esta entidade absorveu apenas 0,3% dos subsídios atribuídos às empresas do sector.



O OPART recebeu, em 2010, 79% dos subsídios atribuídos às empresas do sector, o que contribuiu para a melhoria nos resultados operacionais, face ao ano anterior. De notar, igualmente, o esforço de redução de gastos com fornecimentos e serviços externos (-16%).

Quadro 3.3.2.3 Sector da Cultura Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	9.443	9.616	(173)	-1,8%
Capital próprio	125	727	(603)	-82,9%
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	9.318	8.889	429	4,8%
Autonomia financeira (%)	1,3%	7,6%	-6,2 p.p.	
Solvabilidade (%)	1,3%	8,2%	-6,8 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	49,1%	63,3%	-14,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Os rácios da estrutura patrimonial das empresas do sector da Cultura, demonstram a fragilidade e insustentabilidade desta actividade (à excepção do TNDM II). O OPART revela necessidades de reestruturação financeira evidentes, pelo peso excessivo do passivo da sociedade, na estrutura do Balanço.

3.3.3. Gestão de Infra-estruturas

O sector das Infra-estruturas é responsável pela estruturação das condições de acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias no País, e do País com o resto do mundo. Este conjunto integra empresas gestoras de Infra-estruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, ferroviárias e outras infra-estruturas e tem como objectivo permanente promover a coesão territorial, a melhoria da mobilidade, das acessibilidades nacionais e da conectividade internacional, atenuando a situação periférica do país e das suas regiões no contexto global.

Trata-se de um sector de elevada intensidade de capital, financeiramente alavancado e relativamente exposto às variações das procuras interna e externa e à conjuntura financeira, nacional e internacional.

Num ano particularmente difícil como foi o de 2010 – de contracção das procuras interna e externa – o sector melhorou o seu desempenho económico, tendo tido um lucro apurado de M€ 23 representado um aumento de cerca de M€ 50 em relação ao ano anterior. Expurgando o



efeito do resultado líquido negativo da REFER¹⁰ (M€ -146,5) nas contas do sector, o lucro obtido pelas restantes empresas ascendeu a M€ 169,5.

A evolução favorável do resultado líquido foi determinada pelo comportamento positivo do resultado operacional (M€ +138) cuja variação mais que compensou o agravamento do resultado financeiro (M€ -84). Realça-se a melhoria de 167% verificada nos resultados operacionais antes de subsídios.

Neste domínio destacam-se a EP e a EDIA, com os maiores crescimentos do resultado operacional, de M€ 80,5 e M€ 76,2, respectivamente, e as Administrações Portuárias e REFER, com os maiores agravamentos do resultado operacional, de M€ 25,5¹¹ e M€ 9,2, respectivamente.

O aumento dos juros suportados com os empréstimos e instrumentos financeiros derivados foi responsável pela deterioração do resultado financeiro das empresas do sector (M€ -84,0). A EP (M€ -66,1) e a REFER (M€ -16,6) foram as empresas que mais contribuíram para o agravamento daquele agregado.

Quadro 3.3.3.1 Sector das Infra-estruturas Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	216.583	81.010	135.573	167,4%
Resultado operacional após subsídios	256.024	117.928	138.096	117,1%
Resultado financeiro	(163.455)	(79.429)	(84.027)	-105,8%
Resultado líquido	23.225	(27.019)	50.244	186,0%
EBITDA	609.132	679.724	(70.592)	-10,4%
Margem EBITDA	25,2%	35,9%	-10,7 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A redução do EBITDA e da correspondente margem, indiciam a ocorrência de perdas de eficiência no sector das infra-estruturas em 2010. A melhoria do resultado operacional foi

¹⁰ A REFER elabora e certifica as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de relato financeiro adoptadas na União Europeia, de acordo com as quais a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração é considerada de forma autónoma. No presente Relatório, com o objectivo de assegurar a harmonização e agregação da informação financeira com as demais empresas públicas, as demonstrações financeiras foram reconstituídas de modo a integrar aquela actividade. As contas da REFER referentes a 2010 encontram-se disponíveis no sítio na internet da empresa www.refer.pt.

¹¹ Em 2009, as Administrações Portuárias reduziram as responsabilidades com benefícios pós-emprego, decorrente da transformação do sistema privativo de assistência médica em Sistema Complementar, com inscrição dos beneficiários na ADSE. A reversão da correspondente provisão traduziu-se, no final de 2009, num aumento não recorrente do resultado operacional na APL e na APDL de M€ 11,2 e M€ 16,6, respectivamente, razão que explica a variação negativa do resultado operacional das administrações portuárias de 2009 para 2010.



obtida através de uma significativa diminuição dos gastos de depreciação e de amortização (M€ -122,6) e de perdas por imparidade de activos amortizáveis (M€ -86).

Apesar do aumento significativo do volume de negócios¹², o valor acrescentado gerado pelo sector ficou-se por uma variação de apenas 3%. A conjugação desta variação com a ligeira diminuição do efectivo médio de trabalhadores traduziu-se no aumento da produtividade média por trabalhador em cerca de 3,8%.

Quadro 3.3.3.2 Sector das Infra-estruturas Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e nº de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	2.418.697	1.893.784	524.912	27,7%
Gastos com Pessoal	424.986	405.934	19.052	4,7%
VABcf	1.022.918	993.143	29.774	3,0%
N.º médio de trabalhadores	8.980	9.052	(72)	-0,8%
VABcf per capita	113,9	109,7	4,2	3,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que se refere à estrutura patrimonial, o sector das infra-estruturas aumentou o seu activo líquido em M€ 2 284, quando comparado com o ano de 2009, suportado, em grande parte, pelo aumento do investimento em activos intangíveis da EP e, em menor dimensão, pelo investimento em activos fixos tangíveis da REFER.

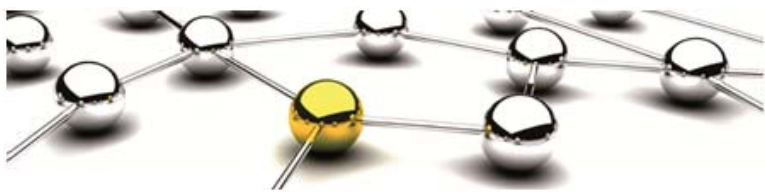
Quadro 3.3.3.3 Sector das Infra-estruturas Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	25.057.997	22.773.854	2.284.143	10,0%
Capital próprio	530.857	539.834	(8.976)	-1,7%
Interesses minoritários	0	0	0	-
Passivo	24.527.139	22.234.019	2.293.120	10,3%
Autonomia financeira (%)	2,1%	2,4%	-0,3 p.p.	
Solvabilidade (%)	2,2%	2,4%	-0,2 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	89,4%	92,2%	-2,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹² O aumento do volume de negócios deve-se, sobretudo, à variação dos proveitos dos contratos de construção da EP no montante de M€ 471,7 (cerca de 90% da variação do sector). De acordo com a interpretação IFRIC 12 das normas contabilísticas internacionais para os contratos de concessão, a EP reconhece na Demonstração de resultados, em gastos e ganhos, a totalidade das actividades de construção asseguradas por via directa ou subconcessionadas.



O conjunto das empresas do sector encerrou o ano de 2010 com uma variação negativa dos capitais próprios de M€ 9, não obstante o resultado líquido obtido de M€ 23 e o aumento do capital social realizado na EP de M€ 130. A deterioração da posição financeira do sector ficou a dever-se a alterações desfavoráveis de rubricas reflectidas na Demonstração de alterações no capital próprio de algumas empresas, as quais, só na EDIA, atingiram o montante de M€ 142.

O crescimento do activo do sector teve como contrapartida o aumento do passivo de M€ 2 293, que atingiu, no final do ano, o montante de M€ 24 527. Esta evolução acentuou o elevado nível de alavancagem financeira do sector e enfraqueceu ligeiramente os indicadores de estrutura financeira global.

3.3.4. Requalificação Urbana e Ambiental

No período em análise, o sector Requalificação Urbana e Ambiental é constituído por nove empresas, destacando-se o grupo Parque Expo 98, pelo peso relevante que assume a sua actividade no conjunto das empresas do sector¹³. No ano de 2010, iniciaram a actividade duas novas sociedades¹⁴: Arco Ribeirinho Sul, SA e Polis Litoral Sudoeste, SA.

Os resultados do sector apresentaram uma melhoria significativa, devido, sobretudo, ao grupo Parque Expo 98, que registou em 2010, um aumento do resultado operacional antes de subsídios de M€ 6,9, face ao ano anterior. Considerando a descida ocorrida no volume de negócios da empresa, o aumento do resultado operacional é justificado pelo desempenho dos gastos operacionais, que registaram uma redução de 34% face a 2009.

¹³ Neste sector estão incluídas empresas com um horizonte temporal definido, em função dos respectivos projectos de reabilitação urbana.

¹⁴ As sociedades foram constituídas durante o ano de 2009.



Quadro 3.3.4.1 Requalificação Urbana e Ambiental Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(832)	(7.775)	6.943	89,3%
Resultado operacional após subsídios	(674)	(7.773)	7.100	91,3%
Resultado financeiro	(6.011)	(7.628)	1.617	21,2%
Resultado líquido	(6.781)	(15.516)	8.735	56,3%
EBITDA	(890)	(15.465)	14.575	94,2%
Margem EBITDA	-2,6%	-33,9%	31,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O resultado líquido, apesar de negativo, evidencia uma significativa melhoria, face ao período anterior (+56,3%), para a qual contribuiu principalmente o grupo Parque Expo 98, através da variação positiva do resultado operacional e da evolução favorável do resultado financeiro negativo. A Parque Expo 98 registou uma diminuição dos encargos suportados com o endividamento financeiro, devido a um processo de reestruturação da dívida.

O decréscimo de 25,1% do volume de negócios neste sector (**Quadro 3.3.4.2**) deve-se, por um lado, à actividade de gestão de activos imobiliários desenvolvida pelo Parque Expo 98, cujo plano de vendas de activos previsto para 2010 não foi concretizado em virtude da fraca dinâmica do mercado imobiliário. Por outro lado, o atraso no arranque de novos projectos¹⁵ também condicionou o crescimento dos ganhos provenientes da prestação de serviços.

Quadro 3.3.4.2 Requalificação Urbana e Ambiental Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e nº de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	34.200	45.669	(11.468)	-25,1%
Gastos com Pessoal	14.844	14.992	(148)	-1,0%
VABcf	14.565	14.506	59	0,4%
N.º médio de trabalhadores	330	318	12	3,8%
VABcf per capita	44,1	45,6	(1,5)	-3,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹⁵ Em 2010 a Parque EXPO iniciou a gestão de dois novos projectos de dimensão relevante: Polis Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Arco Ribeirinho Sul. Para 2011 está previsto o arranque do projecto Palácio Cristal.



Apesar do aumento verificado no efectivo médio de trabalhadores, os gastos com pessoal do sector registaram uma ligeira diminuição (-1%), em resultado do decréscimo obtido pela Parque Expo 98 de cerca de 2,2%.

Quadro 3.3.4.3 Requalificação Urbana e Ambiental Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	478.115	446.094	32.021	7,2%
Capital próprio	86.838	57.045	29.793	52,2%
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	391.277	389.050	2.227	0,6%
Autonomia financeira (%)	18,2%	12,8%	5,4 p.p.	
Solvabilidade (%)	22,2%	14,7%	7,5 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	56,2%	66,6%	-10,4 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Durante o ano de 2010 verificou-se o aumento de 52% do capital próprio nas empresas do sector, explicado em parte pela realização do capital social das sociedades Polis Litoral Sudoeste, SA e Arco Ribeirinho Sul, SA, com M€ 11 e M€ 5, respectivamente. Como corolário do aumento do capital próprio, o sector reforçou a autonomia financeira e a solvabilidade.

No âmbito das medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira do Grupo Parque EXPO, no final de Dezembro de 2010, foi deliberado pelo accionista Estado proceder ao aumento de capital social da Parque Expo, S. A., no montante de M€ 50, a realizar durante o ano 2011. Esta medida não produziu efeitos no capital próprio da empresa a 31/12/2010.

O Grupo Parque EXPO promove uma política activa de reforço de capitais permanentes, tendo no exercício de 2010 assegurado o reescalonamento do empréstimo obrigacionista. No entanto, esta medida não evitou o aumento do peso relativo do endividamento de curto prazo no passivo da empresa e do sector, situação que acabou por se reflectir negativamente no rácio de estrutura patrimonial.



3.3.5. Serviços de Utilidade Pública

Este sector contava, em 2010, com participações directas do Estado em sociedades *holding* que encabeçam dois grupos económicos: AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (8,82%) e CTT - Correios de Portugal, S.A. (100%).

Apesar do sector ser constituído apenas pelas duas entidades mencionadas, ambas são empresas-mãe de grupos que integram participações em 55 empresas (AdP¹⁶: 43 e CTT: 12).

Quadro 3.3.5.1 Serviços de Utilidade Pública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	162.620	129.338	33.282	25,7%
Resultado operacional após subsídios	229.758	196.360	33.399	17,0%
Resultado financeiro	(41.360)	(10.065)	(31.295)	-310,9%
Resultado líquido	135.764	125.258	10.506	8,4%
EBITDA	479.028	440.358	38.670	8,8%
Margem EBITDA	31,8%	30,0%	1,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

É notória a evolução favorável dos resultados operacionais do sector, assim como, a existência de elevados e agravados resultados financeiros negativos, estes, essencialmente atribuíveis ao grupo AdP e ao aumento do seu passivo de financiamento (+13,3%).

A EPAL continua responsável pela maior parte dos resultados positivos do grupo AdP, embora o sector dos resíduos apresente uma evolução favorável.

Os resultados líquidos de 2010, à semelhança de anos anteriores, estão influenciados positivamente pela circunstância do segmento “Água - produção e depuração” contabilizar “desvios tarifários” cuja recuperação não está definida.

Com efeito, o resultado líquido da AdP contém um efeito favorável bruto de M€ 37,3 (M€ 33,7 em 2009 e M€ 41,6 em 2008) relativo a desvios tarifários que resultam da diferença entre o montante necessário para a cobertura de encargos elegíveis para a formação das tarifas e o montante efectivamente arrecadado pelas concessionárias.

¹⁶ No ano de 2010 existiram fusões dentro do Grupo AdP.



O grupo CTT apurou um lucro líquido consolidado de M€ 56,3 e um resultado operacional de M€ 53,2, inferior ao do ano anterior em -27,7%, redução essencialmente motivada pela quebra da actividade (-3,5% no volume de negócios).

De notar ainda a diminuição dos gastos com o pessoal do sector (-2,4%), apesar do aumento do número médio de trabalhadores (0,8%).

Quadro 3.3.5.2 Serviços de Utilidade Pública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e n.º de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.504.346	1.465.844	38.502	2,6%
Gastos com Pessoal	545.944	559.310	(13.366)	-2,4%
VABcf	1.026.833	1.016.216	10.617	1,0%
N.º médio de trabalhadores	21.031	20.859	172	0,8%
VABcf per capita	48,8	48,7	0,1	0,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O activo líquido consolidado do Sector registou, em 2010, um acréscimo de M€ 763,2 (Quadro 3.3.5.3), reflectindo, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujos activos intangíveis cresceram M€ 559,2, correspondentes a um aumento de 13,9%¹⁷.

Em contrapartida, o passivo também registou um aumento aproximadamente equivalente, explicado em grande parte pelo acréscimo de endividamento da AdP de M€ 343,5.

Quadro 3.3.5.3 Serviços de Utilidade Pública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	8.314.223	7.551.046	763.177	10,1%
Capital próprio	1.164.935	1.061.198	103.737	9,8%
Interesses minoritários	235.604	215.271	20.333	9,4%
Passivo	7.149.288	6.489.848	659.440	10,2%
Autonomia financeira (%)	14,0%	14,1%	0,0 p.p.	
Solvabilidade (%)	16,3%	16,4%	-0,1 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	105,1%	104,0%	1,1 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹⁷ Os activos intangíveis da AdP correspondem quase integralmente ao Direito de utilização de infra-estruturas (IFRIC 12) que representa o custo de construção, modernização e renovação de infra-estruturas, mas que para as empresas do Grupo corresponde ao valor do direito a utilizar essas infra-estruturas durante os prazos das concessões e que se materializa na obtenção de réditos provenientes dos serviços prestados.



O aumento registado nos capitais próprios ficou a dever-se principalmente à AdP (M€ +68,5), mas também aos CTT, que registaram um acréscimo de M€35,3.

Sublinhe-se ainda que os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e estrutura patrimonial se apresentam praticamente inalterados, face ao verificado em 2009.

3.3.6. Transportes

O sector de transporte público colectivo de passageiros é constituído por sete empresas (a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; a CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE; o Metropolitano de Lisboa, EPE; a STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA; Transtejo - Transportes do Tejo, SA; MM - Metro do Mondego, SA e MP - Metro do Porto, SA). O Estado detém a totalidade do capital de 5 das empresas e participações maioritárias na MM - Metro do Mondego, SA¹⁸ e na MP - Metro do Porto, SA¹⁹.

O sector apresenta um valor negativo de resultados operacionais após subsídios e indemnizações compensatórias de M€ 382. Este montante revela um agravamento do prejuízo de exploração de M€ 68 face a 2009, explicado pela variação da rubrica de aumentos/reduções de justo valor (M€ -68), cuja contribuição para a formação do resultado operacional foi de M€ -100 em 2010 e de M€ -32 em 2009. Estão aqui reflectidos os impactos da reavaliação a justo valor de mercado de vários activos detidos pelas empresas.

Os resultados financeiros negativos, que ascenderam a um valor próximo de M€ 592 em 2010, constituem um agravamento de M€ 477 relativamente ao ano anterior, explicado maioritariamente pelo acréscimo de encargos financeiros da CP, da ML²⁰ e da MP, em consequência do acréscimo de passivo remunerado e das crescentes dificuldades de refinanciamento, com impacto directo nas taxas de refinanciamento, verificadas nas empresas do sector.

¹⁸ Conjuntamente com a REFER e a CP detém 58% do respectivo capital.

¹⁹ O Estado é detentor de 60%, considerando 40% directos e 20% das participações detidas pela CP e STCP.

²⁰ A Metropolitano de Lisboa (ML) elabora e certifica as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de relato financeiro adoptadas na União Europeia, de acordo com as quais a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração é considerada de forma autónoma. No presente Relatório, com o objectivo de assegurar a harmonização e agregação da informação financeira com as demais empresas públicas, as demonstrações financeiras foram reconstituídas de modo a integrar aquela actividade. As contas da ML referentes a 2010 encontram-se disponíveis no sítio na internet da empresa www.metrolisboa.pt



Quadro 3.3.6.1 Transportes Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(524.865)	(455.198)	(69.667)	-15,30%
Resultado operacional após subsídios	(381.737)	(314.035)	(67.701)	-21,56%
Resultado financeiro	(591.572)	(114.879)	(476.692)	-414,95%
Resultado líquido	(973.428)	(429.438)	(543.990)	-126,7%
EBITDA	(175.407)	(110.519)	(64.888)	-58,71%
Margem EBITDA	-29,1%	-18,4%	-10,7 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A deterioração conjugada dos resultados operacional e financeiro levou ao agravamento do prejuízo registado pelo sector em M€ 544. À excepção da Metro do Mondego, SA, com um lucro apurado de m€ 51, todas as empresas registaram resultados líquidos negativos. Cerca de 90% do prejuízo do sector (M€ -973) está concentrado na CP, na ML e na MP, que registaram perdas de M€ 195, de M€ 334 e de M€ 352, respectivamente.

O EBITDA agregado das empresas do sector foi de aproximadamente M€ 175 negativos, acentuando-se a incapacidade de geração de meios líquidos.

Quadro 3.3.6.2 Transportes Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e nº de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	603.740	602.155	1.585	0,3%
Gastos com Pessoal	361.334	366.505	(5.171)	-1,4%
VABcf	247.492	250.797	(3.306)	-1,3%
N.º médio de trabalhadores	9.916	10.450	-534	-5,1%
VABcf per capita	25,0	24,0	1,0	4,0%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

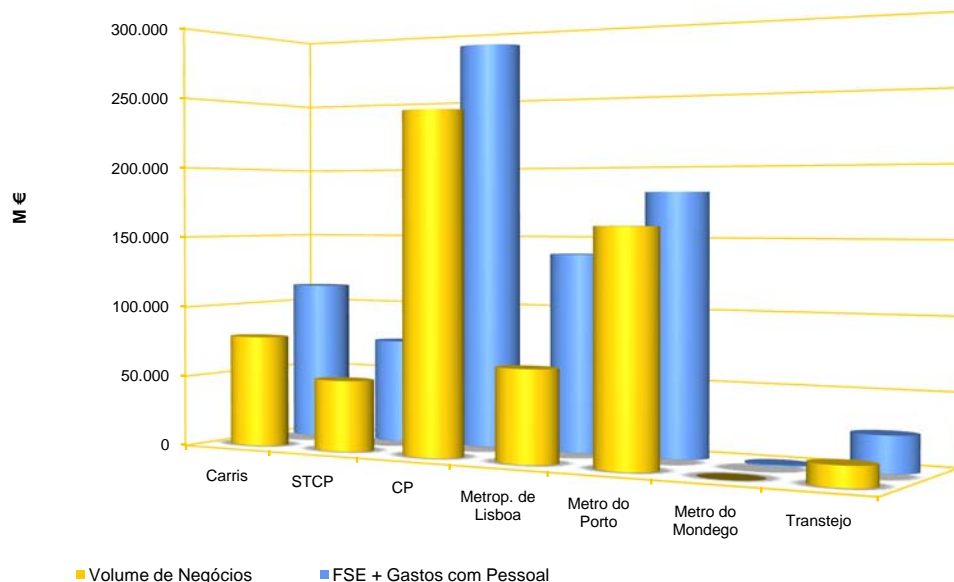
Verifica-se um ligeiro aumento no volume de negócios (M€ 1,6) e uma diminuição (M€ 5,2) nos gastos com pessoal. O número médio de trabalhadores foi reduzido em 5,1%, o que contribuiu para a melhoria da produtividade média *per capita* do sector, com um aumento de 4% do VAB_{cf} *per capita*.



Gráfico 3.3.6.1

Transportes

Os FSE e Gastos com Pessoal nas várias empresas face ao respectivo Volume de Negócios em 2010



No gráfico anterior está evidenciada a insuficiência dos ganhos de exploração para cobrir os gastos com fornecimentos e serviços externos e pessoal. Não obstante esta realidade ser transversal ao sector, as insuficiências da MP e da ML são agravadas pela sua especificidade de empresas que desenvolvem, simultaneamente, actividades de gestor de infra-estruturas e de operador de transportes.

Quadro 3.3.6.3

Transportes

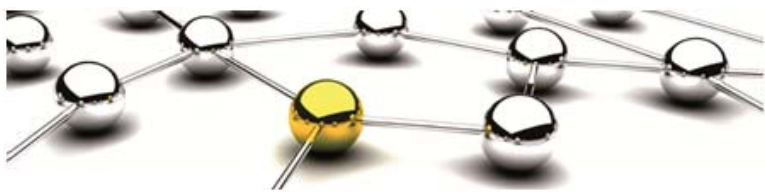
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	7.673.848	7.869.894	(196.046)	-2,5%
Capital próprio	(5.607.855)	(4.698.185)	(909.669)	-19,4%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	13.281.703	12.568.079	713.623	5,7%
Autonomia financeira (%)	-73,1%	-59,7%	-13,4 p.p.	
Solvabilidade (%)	-42,2%	-37,4%	-4,8 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	67,5%	80,1%	-12,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Relativamente à estrutura patrimonial, o sector dos transportes diminuiu o seu activo em M€ 196 em relação a 2009. Este facto encontra a sua explicação na relativa estabilização do activo não corrente do sector e na redução de aplicações financeiras (M€ -223) ocorrida na CP.



Contrariamente ao que se vinha verificando em anos transactos, o sector pouco mais que compensou o valor das amortizações com novo investimento.

Os capitais próprios do sector tiveram uma variação negativa de 19,4% (M€ -909,7). A diminuição do valor de capital próprio verificou-se em todas as empresas do sector, com as maiores deteriorações a ocorrerem no MP (M€ -352,5), ML (M€ -256,4) e CP (M€ -210,8).

O crescimento global do passivo do sector cifrou-se em 5,7%, ascendendo ao valor de M€ 13 282 (M€ 713,6 superior a 2009). Este crescimento traduziu-se em aumento do passivo não corrente (M€ 212) e corrente (M€ 501,6). O forte aumento do passivo corrente prende-se com o crescimento do recurso a empréstimos de curto prazo e utilização de linhas de curto prazo anteriormente negociadas, dada a dificuldade verificada em 2010 de estas empresas acederem a instrumentos financeiros de médio e longo prazo. A ML, a CP e a MP detêm 89% do passivo não corrente do sector e respondem, igualmente, por 84% do passivo corrente.

O aumento do endividamento de curto prazo em detrimento do de médio e longo prazo justifica, em parte, a diminuição do rácio de estrutura patrimonial do sector. A situação de capitais próprios negativos crescentes explica também a evolução daquele rácio e determina a evolução patente nos rácios sectoriais de autonomia financeira e solvabilidade.

3.3.7. PARPÚBLICA

A actividade da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA), tem sido focalizada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização no quadro da Lei nº 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações), bem como na gestão de activos imobiliários do Estado.

Desde 2008 o Grupo PARPÚBLICA encontra-se organizado em *sub-holdings*, com destaque para a Capitalpor (100%), destinada a agrupar as participações sujeitas à Lei nº 11/90, a Parcaixa (49%), a AdP (72,2%), a ANA (68,6%), a TAP (100%) e a Sagestamo (100% - participações sociais imobiliárias). A PARPÚBLICA detém ainda participações directas e indirectas em sociedades com relevante interesse económico, tais como na EDP (20,05%), na REN (46%) e na INCM (100%).

O universo PARPÚBLICA, reflectido nas demonstrações financeiras consolidadas, engloba 79 entidades subsidiárias (controladas), 17 associadas (influência significativa) e 21 participadas.



Em 2010 há a registar a emissão de obrigações permutáveis (M€ 885,65) associadas à 5ª fase da privatização da Galp. Foi também totalmente amortizado o empréstimo por obrigações permutáveis de 2004 (M€ 572,8) ligado à 5ª fase da privatização da EDP.

A evolução dos resultados do grupo constante do quadro seguinte decorre, por um lado, da gestão de participações financeiras e, por outro, da gestão do património imobiliário.

Quadro 3.3.7.1 Parública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	497.836	830.407	(332.571)	-40,0%
Resultado operacional após subsídios	513.803	844.230	(330.427)	-39,1%
Resultado financeiro	(285.204)	(242.809)	(42.395)	-17,5%
Resultado líquido	98.217	506.324	(408.107)	-80,6%
EBITDA	907.122	1.215.998	(308.876)	-25,4%
Margem EBITDA	25,4%	37,8%	-12,4 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

O exercício económico pautou-se por uma acentuada quebra dos resultados do Grupo.

A actividade de gestão de participações foi a principal responsável por essa quebra. Com efeito, gerou 25,1% do EBITDA do grupo, menos 13,7 pontos percentuais do que no ano anterior, embora represente 44,1% do capital próprio consolidado. O fraco desempenho do segmento está associado a perdas por imparidade que ascenderam a M€ 231,2, com especial destaque para a participação na EDP.

Relativamente ao segmento de gestão e promoção imobiliária, há a referir uma elevada contracção do mercado. O património imobiliário (M€ 1 744,3) registou um acréscimo de M€ 415,6, mas verificaram-se algumas imparidades por quebra do justo valor em alguns imóveis. Cerca de 48% deste património destina-se a reconversão urbanística, 33% está arrendado ou para arrendamento e 17% está disponível para venda;

As actividades aeronáuticas (TAP e ANA) representam 17,9% dos activos do grupo, mas o respectivo capital próprio situa-se em apenas 2,6% do total do grupo (M€ 3 082), denotando uma excessiva descapitalização, também revelada no facto do Grupo TAP apresentar M€ 272,1 de capitais próprios negativos;



O segmento de águas e resíduos (Grupo AdP), o mais representativo em valores de activos (38,4%), detém um passivo significativo (40,3%) do total do Grupo Parpública. Continua a verificar-se a manutenção neste sector de alguns modelos de gestão que não apresentam níveis de eficiência capazes de garantir a sua sustentabilidade;

Os indicadores de gestão operacional a seguir referidos evidenciam um significativo aumento no volume de negócios do Grupo (+11,24%). Os gastos com o pessoal registaram um acréscimo superior ao aumento do volume de emprego e superior ao incremento verificado no VAB_{cf} *per capita*.

Quadro 3.3.7.2 Parpública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens e n.º de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	3.577.489	3.216.015	361.474	11,24%
Gastos com Pessoal	879.076	812.588	66.488	8,2%
VAB_{cf}	1.574.893	1.489.648	85.245	5,7%
N.º médio de trabalhadores	20.387	19.913	474	2,4%
VAB _{cf} per capita	77,2	74,8	2,4	3,3%

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Os indicadores económico-financeiros inseridos no quadro seguinte reflectem níveis aceitáveis de solvabilidade e autonomia financeira.

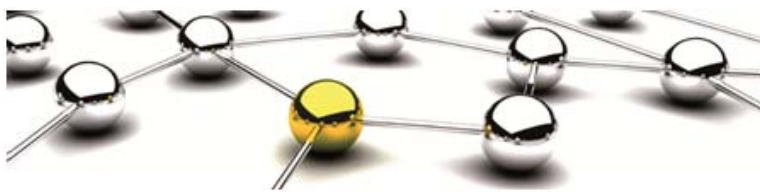
De notar que, tendo em conta as características dos contratos de concessão do grupo AdP, estão reconhecidos no activo líquido do grupo PARPÚBLICA activos intangíveis relativos a direitos de utilização de infra-estruturas, no montante de M€ 4 600.

Quadro 3.3.7.3 Parpública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	18.739.375	16.296.553	2.442.822	15,0%
Capital próprio	3.125.982	3.077.410	48.572	1,6%
Interesses minoritários	551.594	516.320	35.274	6,8%
Passivo	15.613.393	13.219.144	2.394.249	18,1%
Autonomia financeira (%)	16,7%	18,9%	-2,2 p.p.	
Solvabilidade (%)	20,0%	23,3%	-3,3 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	97,3%	105,5%	-8,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado



4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedades financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, S.A, cujo a actividade visa garantir apoio financeiro às empresas que actuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direccionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos e a PME – Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA cuja missão é promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a PME, designadamente através da gestão de instrumentos de refinanciamento e de partilha de risco²¹. Contudo, a exiguidade, em termos comparativos, dos volumes de actividade e dos patrimónios de ambas, não aconselha o tratamento integrado destas entidades com o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Grupo CGD manteve em 2010 posições de liderança nas principais áreas de actuação, quer na actividade bancária, quer na actividade seguradora, sectores nos quais ocupa o 1º lugar no ranking de quotas de mercado. Com um capital social de M€ 5 050 e um activo líquido consolidado, em 31 de Dezembro de 2010, de M€ 125 862, o grupo é liderado pela CGD, SA, sociedade inteiramente detida directamente pelo Estado.

Quadro 4.1.1 Grupo CGD Activo Líquido Consolidado

Milhões de euros, excepto percentagens

Empresas do Grupo	2010	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	91.379	72,6%
Caixa - Seguros e Saúde	13.335	10,6%
Banco Caixa Geral (Espanha)	6.352	5,0%
BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	2.467	2,0%
Caixa - Banco de Investimento	1.856	1,5%
Caixa Leasing e Factoring	3.659	2,9%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	991	0,8%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	597	0,5%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	579	0,5%
Partang (Banco Totta Angola)	934	0,7%
Outras empresas do Grupo	3.713	3,0%
Activo Líquido Consolidado	125.862	100,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2010

²¹ No âmbito das participações no sector financeiro poder-se-ia ainda incluir o BPN – Banco Português de Negócios, SA, cujas acções foram nacionalizadas pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, mas quer as circunstâncias peculiares que determinaram a sua inclusão no SEE, quer o carácter transitório dessa inclusão, levou a que a empresa fosse considerada na chamada “Carteira Acessória”, não cabendo por isso, na análise constante do presente relatório.



Em 2010 a quota de mercado do Grupo CGD na concessão de crédito a clientes foi de 20,9% e na captação de depósitos de 28,5% do mercado nacional, ocupando, em ambos os casos, o 1º lugar. Nos seguros, a quota de mercado do ano atingiu 34,5% (mais 4,2 pontos percentuais do que em 2009), distribuído pelos ramos Vida e Não-Vida, com 37,0% e 27,1% respectivamente, sendo igualmente líder do mercado português.

A sua carteira de participações financeiras do Grupo incluía, no final de 2010, um conjunto relevante de empresas, algumas com forte influência no mercado de capitais, designadamente a ZON Multimédia (10,9%), a Portugal Telecom (6,26%), a Galp Energia (1,39%), a REN (1,17%) e o Banco Comercial Português (2,68%). O número de agências bancárias do grupo passou de 1 273 em 2009 para 1 332 em 2010. O número total consolidado de empregados do grupo ascendeu em 2010 a 23 083, registando um acréscimo de 4,6% relativamente ao ano anterior.

Os resultados por segmentos de negócio divulgados (**Quadro 4.1.2**), revelam que a actividade bancária (comercial e de investimento) registou resultados inferiores ao exercício anterior. As restantes actividades, designadamente a actividade seguradora e de saúde apresentou resultados superiores a 2009, passando a contribuir em 13,6% (3,4% em 2009) para a formação do resultado líquido consolidado.

Quadro 4.1.2
Grupo CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros, excepto percentagens

Segmentos de negócio	2010		2009		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Absoluta	%
Banca comercial nacional	77	30,8%	149	53,4%	(72)	-48,1%
Banca de investimento	35	13,9%	49	17,4%	(14)	-28,2%
Actividade internacional	81	32,2%	68	24,3%	13	19,3%
Seguros e saúde	34	13,6%	9	3,4%	25	264,6%
Outros	24	9,4%	4	1,6%	19	443,4%
Resultado Líquido Consolidado atribuível ao accionista da CGD	251	100,0%	279	100,0%	(28)	-10,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2010

a) Actividade Bancária

O desempenho da actividade bancária do Grupo CGD estendeu-se por 4 áreas de actuação: a banca comercial, a banca de investimento e capital de risco, a gestão de activos e o crédito especializado (leasing e factoring).



Apesar da conjuntura económica e financeira desfavorável, o segmento da banca comercial nacional manteve-se estável relativamente a 2009 (+3,7% no produto da actividade) embora sem recuperar a dimensão de 2008. A banca de investimento sofreu uma acentuada quebra (-33,2% no produto da actividade), mas, em contrapartida, a actividade bancária internacional recuperou (+4,6% no produto da actividade).

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou M€ 84 517 (+6,1% do que no exercício anterior). O segmento de crédito a particulares apresentou uma evolução moderada devido ao acréscimo reduzido do crédito destinado a aquisição de habitação. Não obstante se ter verificado um considerável aumento, em termos relativos, no crédito concedido ao sector público administrativo, o grupo CGD reforçou em 0,6 pontos percentuais a sua quota no mercado de crédito às empresas. O rácio de crédito com incumprimento situou-se em 3,13% (3% em 2009).

No que respeita à captação de depósitos no retalho verifica-se um acréscimo de 4,2% e uma quota de mercado de 28,5% (28,9% em 2009).

Quadro 4.1.3 Grupo CGD Saldo de Crédito a Clientes

Segmentos	2010		Variação 10/09 (%)
	Valor	Estrutura	
Particulares	40.760	48,2%	2,7%
Empresas	40.094	47,4%	8,7%
Sector Público Administrativo	3.663	4,3%	19,5%
Total	84.517	100,0%	6,1%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2010

b) Actividade seguradora e de saúde

A actividade seguradora do Grupo CGD é exercida, essencialmente, através de 4 companhias de seguros. O Grupo desenvolve ainda um conjunto de actividades complementares dos seguros, designadamente na área da saúde.

O exercício de 2010 caracterizou-se por um aumento +8,6% (+53,0 M€) no produto da actividade do sector segurador e da saúde.



A holding do grupo para o sector (Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA) evidencia em 2010 uma situação líquida de M€ 1 063,6 e um activo de M€ 15 964,5.

O resultado líquido da holding foi de M€ +66,9, dos quais M€ +90,9 do sector segurador e M€ - 24,0 do sector da saúde.

c) Situação económica e financeira

O resultado líquido consolidado do Grupo CGD foi de M€ 299 (**Quadro 4.1.4**), (M€ -5 que no ano anterior) reflectindo, sobretudo, o contributo da margem financeira alargada com M€ 1 613, a qual registou um ligeiro decréscimo de -1,7%. A margem técnica da actividade seguradora registou uma recuperação em relação ao ano anterior.

Quadro 4.1.4

Grupo CGD

CGD, S.A. - Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Margem financeira alargada	1.613	1.641	(29)	-1,7%
Margem complementar	978	867	111	12,8%
Margem técnica - actividade seguradora	509	491	18	3,6%
Produto da actividade	3.099	2.999	100	3,3%
Custos operativos	(1.768)	(1.736)	(32)	-1,8%
Provisões e imparidade	(775)	(684)	(91)	-13,3%
Resultados em empresas associadas	7	(4)	12	261,2%
Impostos correntes e diferidos	(65)	(70)	5	7,4%
Resultado Líquido Consolidado	299	304	(5)	-1,6%
Atribuível a interesses minoritários	49	25	23	92,6%
Atribuível ao accionista da CGD	251	279	(28)	-10,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2010

Sublinhe-se a evolução positiva dos gastos com o pessoal *per capita* (-3,0%), apesar do continuado aumento do número de efectivos (+846) e do número de agências bancárias (+21 em Portugal e +38 no estrangeiro). Contudo, o Produto da actividade *per capita* manteve-se estável (**Quadro 4.1.5**).



Quadro 4.1.5 Grupo CGD Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros, excepto percentagens, n.º de agências e n.º de trabalhadores

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Custos com Pessoal	1.047	1.040	7	0,7%
N.º de Agências	1.332	1.273	59	4,6%
Portugal	869	848	21	2,5%
Estrangeiro	463	425	38	8,9%
Produto da actividade	3.099	2.999	100	3,3%
N.º de Trabalhadores	23.083	22.237	846	3,8%
Instituições bancárias	15.069	14.643	426	2,9%
Seguradoras	3.384	3.458	(74)	-2,1%
Outras actividades	4.630	4.136	494	11,9%
Custos com pessoal <i>per capita</i>	0,0454	0,0468	(0,001)	-3,0%
Produto da actividade <i>per capita</i>	0,1343	0,1349	(0,001)	-0,5%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2010

Conforme se observa no **Quadro 4.1.6**, o activo líquido consolidado do Grupo ascendeu a M€ 125 862 representando um crescimento de 4,0% relativamente ao período anterior.

Os capitais próprios totalizaram M€ 7 840, tendo aumentado M€ 683, devido, essencialmente, a um novo aumento no capital social da CGD, SA, por parte do accionista Estado, no montante de M€ 550, uma vez que as reservas de justo valor se tornaram mais negativas (M€ -176,2) e as outras reservas e resultados transitados apenas cresceram M€ 61,7.

Quadro 4.1.6 Grupo CGD Estrutura Patrimonial

Milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Activo	125.862	120.984	4.878	4,0%
Capitais próprios	7.840	7.157	683	9,5%
Recursos alheios	82.284	70.735	11.549	16,3%
Exigibilidades diversas	35.738	43.093	(7.355)	-17,1%
TIER 1 (Banco de Portugal)	8,9%	8,5%	-	-
Solvabilidade (Banco de Portugal)	12,3%	12,6%	-	-
Rácio do crédito com incumprimento	3,1%	3,0%	-	-

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2010



5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos mencionados noutros pontos do relatório, que reflectem uma óptica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento referem-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

5.1. Investimento directo do SEE

Em 2010, o valor global de despesas de investimento realizadas pelas EPNF ascendeu a M€ 4 518 (**Quadro 5.1.1**), montante que é superior ao dispendido em 2009 em cerca de M€ 590 (+15,0%).

Quadro 5.1.1

Financiamento do Investimento das EPNF

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
. Investimento total	4.518.197	3.928.367	589.831	15,0%
Activos fixos tangíveis	1.141.264	1.250.847	-109.583	-8,8%
Activos fixos intangíveis	1.448.370	1.711.206	-262.836	-15,4%
Propriedades de investimento	766.765	366.562	400.203	109,2%
Investimentos Financeiros	1.087.534	586.566	500.968	85,4%
Outros activos	74.264	13.186	61.078	463,2%
. Financiamento do Investimento	4.518.197	3.928.367	589.831	15,0%
Recursos próprios	498.593	458.809	39.785	8,7%
Desinvestimento	148.161	78.446	69.714	88,9%
Recebimento de dividendos	207.845	160.624	47.221	29,4%
Outros fundos próprios	142.588	219.739	-77.151	-35,1%
Subsídios ao Investimento	1.108.994	1.037.285	71.709	6,9%
Dotações de capital	375.801	455.399	-79.599	-17,5%
Empréstimos	2.534.809	1.976.873	557.936	28,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Aquele aumento fica a dever-se às despesas em propriedades de investimento, activos financeiros e outros activos, que tiveram um incremento global de M€ 962. As outras



componentes da despesa de investimento – activos fixos tangíveis e intangíveis – registaram uma quebra que no seu conjunto se cifrou em M€ 372.

Os desembolsos efectuados com activos fixos tangíveis sofreram um decréscimo de M€ 110, devido, sobretudo, à diminuição de pagamentos da CP (M€ 220).

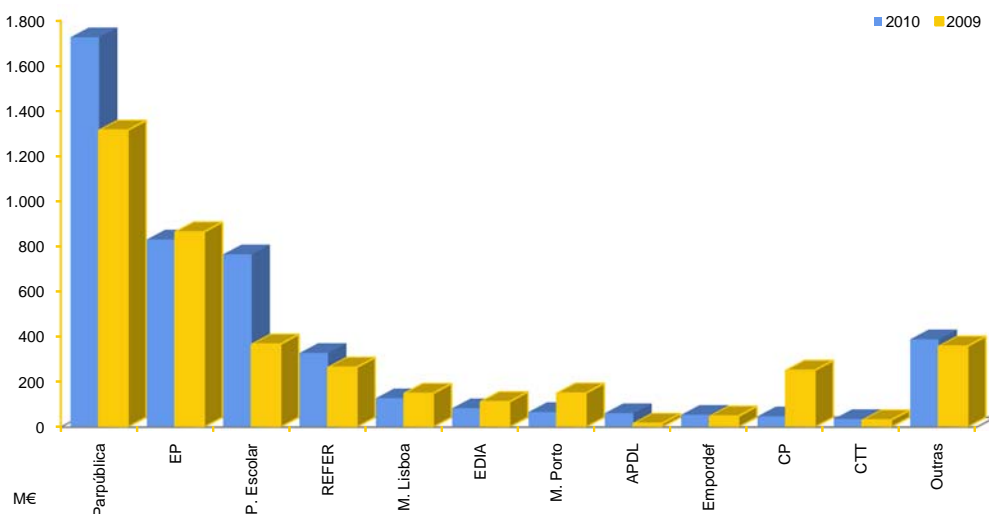
A diminuição do investimento em activos fixos intangíveis de M€ 263 é explicada pela redução do investimento das empresas AdP (M€ 102), MP (M€ 84), EP (M€ 32) e EDIA (M€ 29).

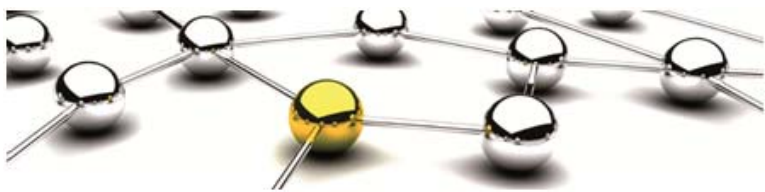
O dispêndio em activos assimiláveis a propriedades de investimento cresceu cerca de 400 M€ e foi praticamente assegurado pela Parque Escolar que, em 2010, intensificou a execução do programa de modernização do parque escolar destinado ao ensino secundário.

O investimento em activos financeiros, correspondente à terceira maior parcela, foi impulsionado pelo maior volume de operações financeiras realizado pelo Grupo Parpública. Do total da variação ocorrida naquela rubrica (M€ 501), o Grupo Parpública foi responsável por cerca de M€ 480.

Do total de pagamentos de investimento efectuados pelas EPNF, cerca de 86% foram assegurados, em 2010, por 11 empresas (**Gráfico 5.1.1**).

Gráfico 5.1.1
Financiamento do Investimento das EPNF
Investimento em Activos Tangíveis, Intangíveis e Financeiros



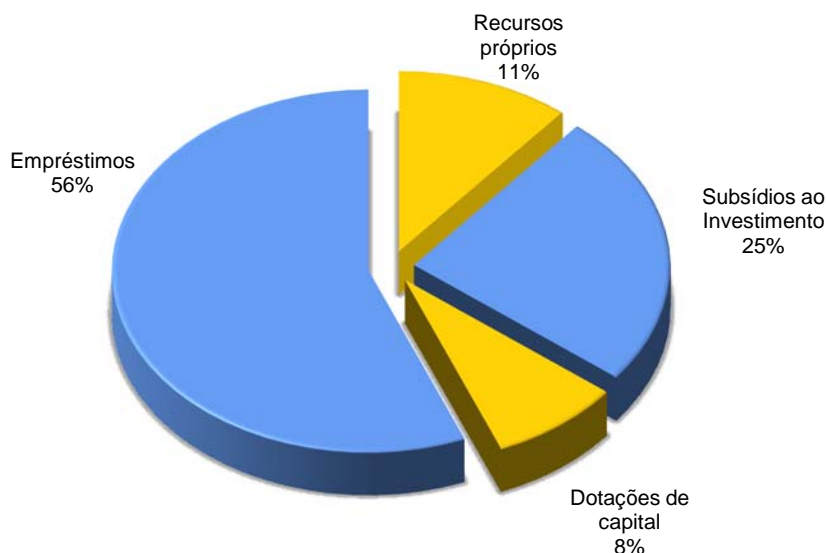


Não obstante se ter verificado um aumento dos recursos próprios (M€ +40) a importância relativa do auto-financiamento nas fontes de financiamento do investimento das EPNF degradou-se, tendo passado de 18% em 2009 para 11% em 2010. As dotações de capital viram a sua contribuição para o financiamento do investimento das EPNF reduzir-se quer em valor absoluto (M€ -80) quer em valor relativo (8% em 2010 contra 10% em 2009).

Os subsídios ao investimento foram a única fonte de financiamento não reembolsável que apresentou acréscimos de fluxos em valor absoluto (M€ +72) e aumentou o seu peso relativo na estrutura de financiamento (25% em 2010 contra 22% em 2009).

A redução da cobertura das despesas de investimento por fontes de financiamento não reembolsáveis traduziu-se em maior recurso a empréstimos, cujo volume cresceu significativamente em valor absoluto (M€ + 558) e em importância relativa (56% em 2010 contra 50% em 2009).

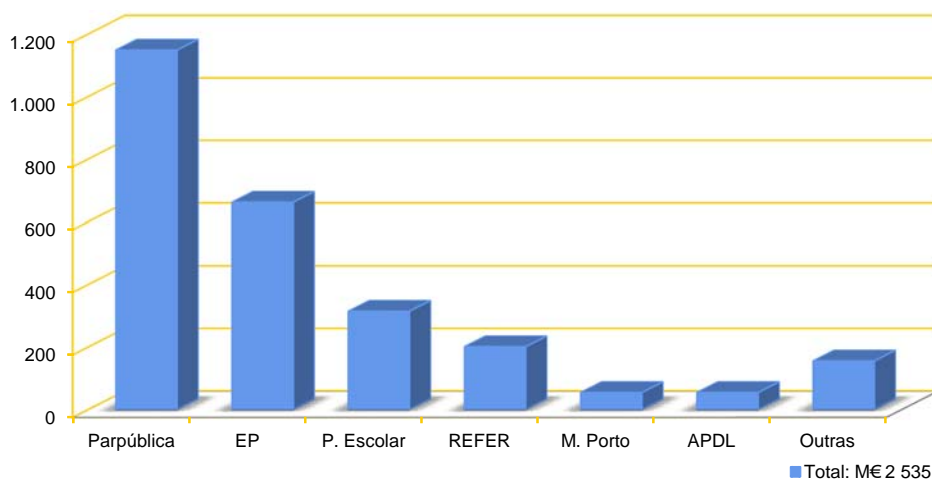
Gráfico 5.1.2
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento - 2010



O **Gráfico 5.1.3** identifica as empresas que mais contribuíram para o volume de empréstimos contraídos para financiar as despesas de investimento em 2010, determinado, em grande medida, pela actividade financeira da Parpública, e pela elevada concentração de investimento na Parque Escolar, em empresas Gestoras de Infra-estruturas, de Transportes e de Serviços de Utilidade Pública.



Gráfico 5.1.3
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento por Empréstimos



5.2. Financiamento Global das EPNF

As necessidades de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a M€ 7 483 (**Quadro 5.2.1**), montante que representa um decréscimo (-0,9%) de M€ 70 em relação às necessidades geradas no exercício de 2009. Contribuíram para essa variação a redução dos défices operacionais antes de subsídios, a diminuição do acréscimo de disponibilidades e a redução do endividamento, que no seu conjunto registaram um decréscimo de M€ 955. As despesas de investimento, as outras necessidades de financiamento e os juros e outros encargos da dívida promoveram o efeito oposto, tendo concorrido para o aumento das necessidades de financiamento em M€ 885.



Quadro 5.2.1

Financiamento Global das EPNF

Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Necessidades de financiamento	7.483.118	7.612.676	-129.558	-1,7%
Défices operacionais antes de subsídios	601.510	1.286.870	-685.360	-53,3%
Investimento	4.518.197	3.928.367	589.831	15,0%
Juros e outros encargos da dívida	1.035.074	1.023.020	12.054	1,2%
Redução de endividamento	310.530	353.123	-42.593	-12,1%
Acréscimo das disponibilidades	379.259	665.421	-286.161	-43,0%
Outras necessidades de financiamento	638.548	355.877	282.671	79,4%
Fontes de Financiamento	7.483.118	7.612.676	-129.558	-1,7%
Recursos próprios	2.412.607	2.776.778	-364.172	-13,1%
Excedentes operacionais antes de subsídios	475.024	679.756	-204.732	-30,1%
Desinvestimento	148.161	78.446	69.714	88,9%
Outras fontes	805.094	843.218	-38.124	-4,5%
Utilização de disponibilidades	984.328	1.175.358	-191.030	-16,3%
Subsídios	1.545.273	1.468.409	76.864	5,2%
À exploração	436.279	431.123	5.155	1,2%
Ao investimento	1.108.994	1.037.285	71.709	6,9%
Dotações de capital	375.801	455.399	-79.599	-17,5%
Acréscimo do endividamento (empréstimos)	3.149.437	2.912.090	237.348	8,2%

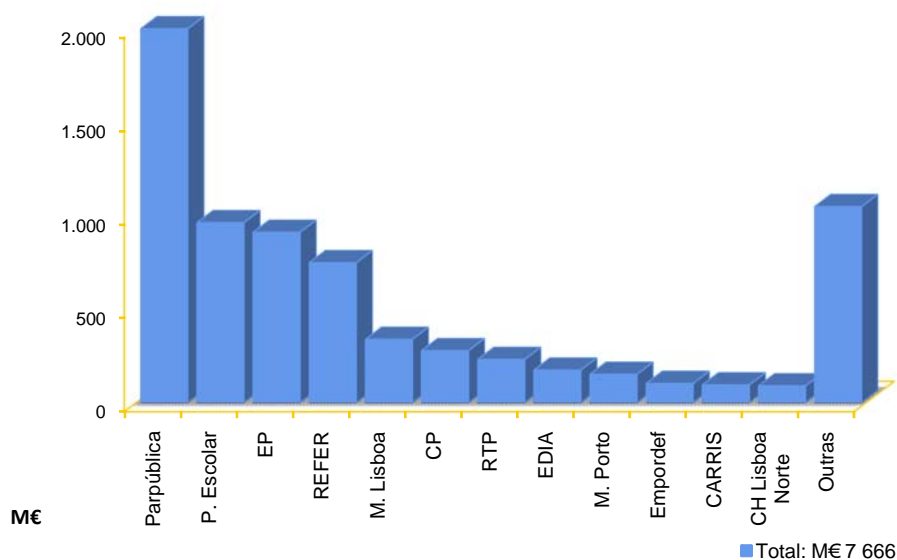
Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Não sendo o universo das EPNF um conjunto homogéneo, é importante evidenciar as diferenças existentes entre sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem no comportamento do agregado.

Assim, em 2010, o conjunto formado por 12 empresas, constantes do [Gráfico 5.2.1.](#), representava 86% das necessidades globais das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos.

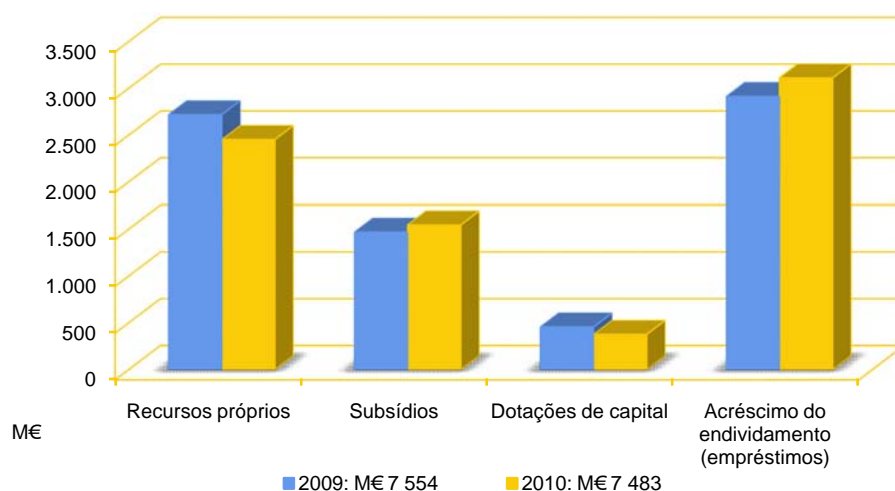


Gráfico 5.2.1
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento por Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Em 2010, assistiu-se a uma diminuição do valor e da importância relativa do auto-financiamento (recursos próprios) na estrutura de financiamento das EPNF, que decresceu para 32,8% em 2010 (36,7% em 2009). O mesmo aconteceu nas dotações de capital que só foram parcialmente compensadas pelo acréscimo de subsídios (à exploração e ao investimento). Por efeito da insuficiência daquelas fontes, o acréscimo líquido de endividamento apresentou uma variação (M€ + 198), tendo-se fixado em M€ 3 110 no final de 2010 (M€ 2 912 em 2009).

Gráfico 5.2.2
Financiamento Global das EPNF
Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)





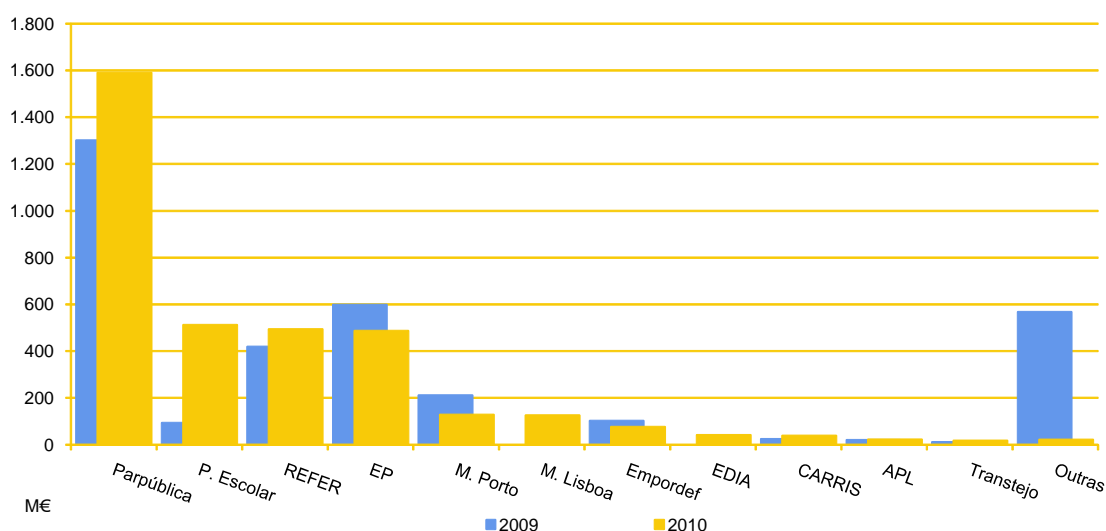
O aumento dos subsídios ao investimento (M€ + 72) evidencia um crescimento do financiamento público das EPNF através, sobretudo, do QREN. Este indicador revela também maior selectividade na escolha de investimentos com especial preferência por projectos com comparticipação comunitária.

O acréscimo dos subsídios à exploração (M€ 5) sinaliza o incremento de financiamento público à exploração das empresas públicas que prestam serviços de interesse geral, através de indemnizações compensatórias, o qual, não obstante os constrangimentos orçamentais, tem sido crescente nos últimos anos.

As dotações de capital tiveram importância decisiva na realização do capital das unidades de saúde empresarializadas, da RTP, da EP, do ML e da Empordef, bem como em algumas empresas de requalificação urbana e ambiental.

Em 2010, 99% do acréscimo líquido total do endividamento teve origem em 11 empresas (**Gráfico 5.2.3**), sendo de sublinhar que, deste montante, 45% é atribuível ao Grupo Parpública.

Gráfico 5.2.3
Financiamento Global das EPNF
Acréscimo / Redução Líquida do Endividamento das Empresas
(sem renovação de empréstimos)



A renovação de empréstimos (**Quadro 5.2.2**) é uma componente importante das necessidades globais de financiamento das EPNF. Em resultado da diminuição das operações de consolidação de passivos e, à semelhança do ocorrido em 2009, assistiu-se, em 2010, ao aumento do endividamento financeiro de curto prazo e ao consequente incremento do montante de empréstimos renovados para M€ 5 393 (M€ 5 239 em 2009).



As necessidades de financiamento das EPNF, incluindo a renovação de empréstimos, atingiram, em 2010, o total de M€ 12 876, valor que corresponde a um aumento de cerca de M€ 84, face a 2009.

Quadro 5.2.2.
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

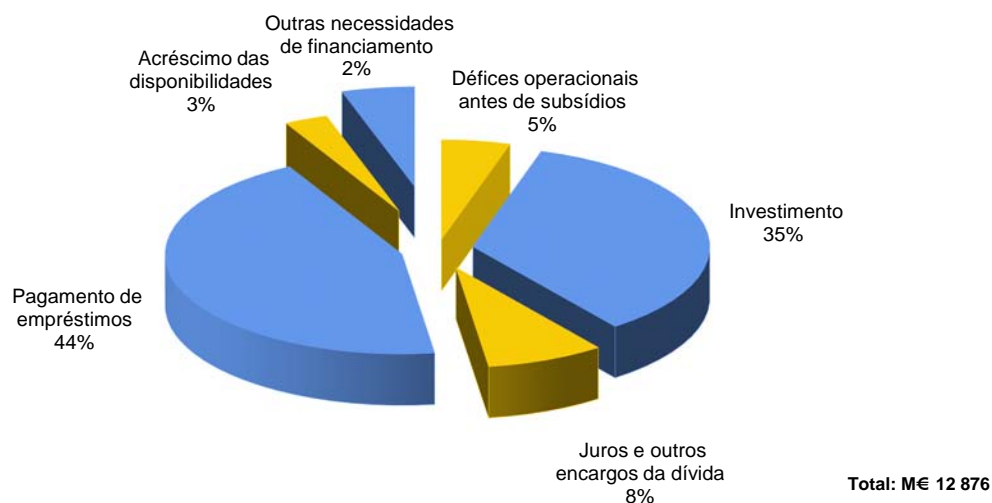
Milhares de euros, excepto percentagens

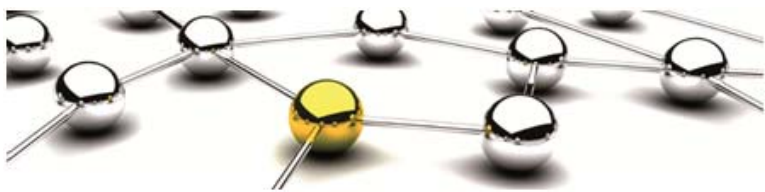
	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Sem Renovação de empréstimos	7.483.118	7.553.542	-70.424	-0,9%
Renovação de empréstimos	5.393.109	5.238.926	154.183	2,9%
Com Renovação de empréstimos	12.876.227	12.792.468	83.759	0,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em resultado, o pagamento de empréstimos (**Gráfico 5.2.4**) representou 44% das necessidades totais de financiamento, continuando a evidenciar a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre as actividades das EPNF.

Gráfico 5.2.4
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)





5.3. Limite ao endividamento das EPNF

No âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010/2013 (PEC) foi definido um conjunto extraordinário de medidas para o SEE, com vista ao aumento da eficiência, transparência e à geração de menores encargos futuros para o Estado.

No sentido de promover uma redução do crescimento do nível de endividamento, foram fixados limites máximos para a variação do endividamento das EPNF: 7% em 2010, 6% em 2011, 5% em 2012 e 4% 2013. Os limites impostos resultam num crescimento médio anual de cerca de 5,5%, durante o período em que vigora o PEC.

Nos termos das regras definidas no PEC, as empresas Parpública, AdP, ANA, Empordef, EDM APDL e Rave, estruturalmente não deficitárias, foram excepcionadas do cumprimento do limite de 2010, assim como a Parque Escolar, esta última devido aos investimentos já comprometidos a serem exclusivamente financiados com fundos comunitários e financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI).

O *stock* de dívida financeira das empresas excepcionadas ([Quadro 5.3.1](#)) teve uma variação de cerca de M€ 2 031, face a 2009, atingindo o montante de M€ 10 968 no final de 2010.

As empresas do universo de EPNF não excepcionadas registaram um acréscimo do endividamento de M€ 1 125, tendo a percentagem de variação global (+5,5%) ficado aquém do limite fixado para o ano de 2010 (7%), dando-se assim, cumprimento integral às determinações constantes no PEC.



Quadro 5.3.1 Endividamento da EPNF

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
1. Empresas excepcionadas ⁽¹⁾				
Parpública	10.150.355	8.662.408	1.487.947	17,2%
AdP ⁽²⁾	2.925.433	2.581.928	343.505	13,3%
ANA	495.738	472.689	23.048	4,9%
Parque Escolar	665.929	138.800	527.129	379,8%
EMPORDEF	151.867	135.975	15.892	11,7%
EDM	124	84	40	47,9%
APDL	0	0	0	-
RAVE	0	0	0	-
Sub-total 1 ⁽³⁾	10.968.274	8.937.266	2.031.008	22,7%
2. Empresas sujeitas ao limite de 7%				
REFER	6.025.657	5.539.232	486.425	8,8%
Metropolitano de Lisboa	3.812.138	3.627.145	184.994	5,1%
CP	3.324.312	3.399.278	-74.966	-2,2%
Metro do Porto	2.340.395	2.211.695	128.700	5,8%
EP	2.005.349	1.508.313	497.036	33,0%
Carris	672.438	628.485	43.953	7,0%
RTP	616.621	711.768	-95.147	-13,4%
EDIA	633.662	592.626	41.036	6,9%
EGREP	362.952	362.908	44	0,0%
STCP	291.078	303.771	-12.694	-4,2%
Parque Expo	288.805	273.219	15.586	5,7%
ANAM	206.598	206.471	128	0,1%
Administrações Portuárias	172.873	168.387	4.486	2,7%
Transtejo	121.363	102.894	18.470	18,0%
Sector da Saúde	463.095	574.583	-111.488	-19,4%
Outras Empresas	82.963	91.095	-8.132	-8,9%
Sub-total 2	21.420.298	20.301.868	1.118.429	5,5%
TOTAL	32.388.572	29.239.134	3.149.437	10,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ De acordo com o Despacho n.º948/10 - SETF, de 3 de Setembro, foram excepcionadas de acordo com as regras previstas no PEC, as empresas ANA, APDL, EDM, EMPORDEF, Parpública, Parque Escolar e RAVE, por serem consideradas estruturalmente não deficitárias, apresentarem investimentos em curso com fortes componentes de financiamento comunitário ou já contratados junto do Banco Europeu de Investimento, ou ainda, cujo cancelamento implicaria fortes penalizações contratuais.

⁽²⁾ Excepcionada através do Despacho n.º896/10 - SETF, de 26 de Agosto.

⁽³⁾ Sub-total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parpública.



Quadro 5.3.2

Top 10 das empresas com maiores passivos - Justificação da variação do passivo financeiro em 2010

Milhares de euros

Empresa	Superavite / Défice de Exploração	Capex	Juros da Dívida	Outras Variações					Variação do Passivo Financeiro
				Receb. de dotações de capital	Pagamentos de dividendos	Outras operações de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes	Outras operações	
Parpública	195.899	-1.156.785	-269.595	7.203	-164.735	-118.915	-45.936	64.917	-1.486.754
AdP	210.964	-282.895	-71.166	7.203	-36.204	0	-152.059	-19.349	-343.506
ANA ⁽¹⁾	129.224	-135.428	-15.669	0	-27.262	638	25.358	91	-23.048
EP	255.378	-791.626	-53.113	130.000	0	0	-26.589	-11.086	-497.036
REFER	-104.375	-200.849	-279.962	0	0	91.639	472	6.650	-486.425
M. de Lisboa	-22.913	-30.026	-88.795	30.120	0	41.322	-54.817	-59.887	-184.996
CP	30.094	-30.797	-150.591	0	0	0	226.259	0	74.965
Metro do Porto	4.474	-54.243	-77.151	0	0	0	-664	-1.116	-128.700
EDIA	-73.576	48.926	-7.387	0	0	-25	-9.437	463	-41.036
Parque Escolar	-144	-314.332	-4.414	0	0	-26	-192.192	-16.021	-527.129
Carris	-3.026	-9.804	-26.003	0	0	63	323	-5.506	-43.953

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

(1) - A ANA não se encontra dentro do grupo das empresas com maiores passivos, contudo foi incluída na lista porque as suas contas estão reflectidas nas contas da Parpública.

Este quadro elaborado numa óptica de caixa para as 10 empresas mais endividadas, identifica as principais aplicações efectuadas que contribuíram para o agravamento do respectivo passivo financeiro.

São de realçar os défices de exploração da REFER, ML e EDIA e os elevados montantes aplicados em investimento pela EP, Parque Escolar, AdP e REFER.



6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

A abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado centra-se, essencialmente, na execução do Capítulo 60.º do Orçamento de Estado de 2010, excluindo, designadamente:

- As dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de co-financiamento em projectos de investimento visando a construção/beneficiação de infra-estruturas pertencentes ao domínio público;
- Os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa, em contrapartida da prestação de serviços, através dos ministérios que tutelam os respectivos sectores de actividade.

No âmbito deste capítulo, apresenta-se a informação referente ao esforço financeiro do Estado relativo às empresas do SEE, mas também, são referenciadas as indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

O montante de apoios financeiros prestados pelo Estado às EPNF, em 2010, através de indemnizações compensatórias, dotações de capital, empréstimos e pela assumpção de passivos, excluindo a execução de garantias, ascendeu a M€ 986, o que corresponde a um decréscimo (-9,3%) relativamente ao ano transacto. A este valor acresce o aumento de capital da CGD (EPF), no montante de M€ 550 e os apoios financeiros a empresas privadas em contrapartida da prestação de serviços públicos, ascendendo os apoios financeiros do Estado a M€ 1 588, o que se traduz num decréscimo (-24,9%) face a 2009, motivado pelo forte contexto de consolidação orçamental.



Quadro 6.1 Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)

Milhares de euros, excepto percentagens

Sectores	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	985.785	1.086.972	-101.187	-9,3%
Comunicação Social	283.902	223.337	60.565	27,1%
Cultura	56.665	48.462	8.203	16,9%
Gestão de Infraestruturas	211.979	280.103	(68.124)	-24,3%
Aéreas	0	964	(964)	-100,0%
Ferroviários	43.379	43.379	(0)	0,0%
Portuárias	1.100	0	1.100	-
Rodoviárias	130.000	130.000	0	0,0%
Outras Infraestruturas	37.500	105.760	(68.260)	-64,5%
Requalificação Urbana e Ambiental	27.926	28.834	(908)	-3,1%
Saúde	52.000	263.386	(211.386)	-80,3%
Transportes	230.230	189.254	40.976	21,7%
Outros sectores	123.082	53.595	69.487	129,7%
Empresas Públicas Financeiras	550.000	1.000.000	-450.000	-45,0%
Empresas Privadas	52.589	27.765	24.824	89,4%
Total	1.588.374	2.114.738	-526.364	-24,9%

Obs: Critério execução OE, incluindo as operações a concretizar no período complementar

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios

As EPNF beneficiaram, em 2010, de um acréscimo de subsídios da ordem dos 8,4% face ao ano anterior, com destaque para as empresas privadas do sector dos Transportes.

Importa referir, que em 2010, o Estado passou a comparticipar em 50% o valor dos passes dos alunos universitários, o designado passe sub-23@superior.tp.



Quadro 6.1.1 Indemnizações Compensatórias/Subsídios

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	441.960	428.439	13.521	3,2%
Comunicação Social	163.602	160.937	2.665	1,7%
RTP	145.866	143.114	2.752	1,9%
Lusa	17.736	17.823	(87)	-0,5%
Cultura	29.368	29.368	0	0,0%
Teatro Nacional D. Maria II	5.175	5.175	0	0,0%
Teatro Nacional de S. João	4.900	4.900	0	0,0%
OPART	19.293	19.293	0	0,0%
Gestão de Infra-estruturas	43.379	43.379	(0)	0,0%
<u>Infra-estruturas Ferroviárias</u>	43.379	43.379	(0)	0,0%
REFER	43.379	43.379	(0)	0,0%
Transportes	200.110	189.254	10.856	5,7%
Transportes Rodoviários	80.098	78.426	1.672	2,1%
Carris	58.651	56.493	2.158	3,8%
S.T.C.P.	20.661	21.494	(832)	-3,9%
Serviços Municipais - transportes	785	439	346	78,8%
Transportes Ferroviários	82.867	78.803	4.064	5,2%
C.P.	38.522	35.907	2.615	7,3%
Metro de Lisboa	31.142	29.038	2.104	7,2%
Metro do Porto	13.203	13.858	(655)	-4,7%
Transportes Fluviais	12.216	11.925	291	2,4%
Soflusa	5.062	4.918	145	2,9%
Transtejo	7.154	7.008	146	2,1%
Transportes Aéreos	24.930	20.100	4.830	24,0%
SATA Internacional	17.211	9.446	7.765	82,2%
SATA Air Açores	822	1.603	(781)	-48,7%
TAP	6.896	9.051	(2.155)	-23,8%
Outros Sectores	5.500	5.500	0	0,0%
INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda	5.500	5.500	0	0,0%
Empresas Privadas	52.589	27.765	24.824	89,4%
AEROVIP	2.249	1.790	459	25,6%
AERONORTE	0	723	(723)	-100,0%
Fertagus	11.329	11.319	10	0,1%
Rodoviária Lisboa	6.218	2.525	3.693	146,2%
Scotturb – Transportes Urbanos	86	37	49	134,0%
TST - Transportes Sul do Tejo	4.361	1.672	2.689	160,8%
Vimeca	4.404	1.748	2.656	151,9%
PT	3.713	0	3.713	-
MTS	7.987	73	7.914	10859,5%
Rodoviários Privados	12.230	7.866	4.364	55,5%
Outros	12	12	0	0,4%
Total	494.549	456.204	38.345	8,4%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



6.2. Dotações de Capital

Face ao exercício anterior, verifica-se um decréscimo (-31,7%) das dotações de capital em 2010.

Quadro 6.2.1

Dotações de Capital / Prémios de Emissão

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	461.102	481.294	-20.192	-4,2%
Comunicação Social	120.300	62.400	57.900	92,8%
RTP	120.300	62.400	57.900	92,8%
Gestão de Infra-estruturas	135.100	106.724	28.376	26,6%
Infra-estruturas Aéreas	0	964	(964)	-100,0%
NAER	0	964	(964)	-100,0%
Infra-estruturas Portuárias	1.100	0	1.100	-
APSS	1.100	0	1.100	-
Infra-estruturas Rodoviárias	130.000	0	130.000	-
EP - Estradas de Portugal	130.000	0	130.000	-
Outras Infra-estruturas	4.000	105.760	(101.760)	-96,2%
SIMAB *	4.000	10.000	(6.000)	-60,0%
EDIA	0	95.760	(95.760)	-100,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	20.000	27.188	(7.188)	-26,4%
Parque Expo **	15.000	0	15.000	-
Arco Ribeirinho Sul	5.000	0	5.000	-
Polis Litoral Ria de Aveiro ***	0	17.192	(17.192)	-100,0%
Polis Litoral Sudoeste ***	0	9.996	(9.996)	-100,0%
Saúde	52.000	263.386	(211.386)	-80,3%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo	3.000	8.000	(5.000)	-62,5%
Centro Cova da Beira ****	0	4.971	(4.971)	-100,0%
Centro Hospitalar de Coimbra	2.500	6.879	(4.379)	-63,7%
Centro Hospitalar de Lisboa Central ****	0	21.267	(21.267)	-100,0%
Centro Hospitalar de Setúbal ****	0	12.063	(12.063)	-100,0%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes Alto Douro	1.000	7.815	(6.815)	-87,2%
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	2.500	12.315	(9.815)	-79,7%
Centro Hospitalar do Alto Ave	0	2.640	(2.640)	-100,0%
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio ****	0	8.063	(8.063)	-100,0%
Centro Hospitalar Médio Ave ****	0	6.577	(6.577)	-100,0%
Centro Hospitalar do Médio Tejo ****	0	6.924	(6.924)	-100,0%
Centro Hospitalar do Porto	1.378	28.489	(27.111)	-95,2%
Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa	2.000	7.419	(5.419)	-73,0%
Centro Hospitalar Póvoa Varzim/Vila do Conde *****	1.000	10.998	(9.998)	-90,9%
Hospitais da Universidade de Coimbra	7.000	9.989	(2.989)	-29,9%
Hospital Curry Cabral	2.000	0	2.000	-
Hospital de Faro	2.500	15.250	(12.750)	-83,6%
Hospital de Santa Maria Maior ****	0	5.709	(5.709)	-100,0%
Hospital Distrital de Santarém ****	0	9.663	(9.663)	-100,0%
Hospital Distrital da Figueira da Foz	1.000	0	1.000	-
Hospital Espírito Santo de Évora ****	2.500	4.389	(1.889)	-43,0%
Hospital Garcia de Orta ****	2.000	8.540	(6.540)	-76,6%
Hospital Infante D. Pedro ****	0	10.355	(10.355)	-100,0%
Hospital Litoral Alentejano	4.500	0	4.500	-
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca	4.000	13.000	(9.000)	-69,2%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho ****	3.000	10.449	(7.449)	-71,3%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo ****	3.000	12.920	(9.920)	-76,8%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco	4.000	0	4.000	-
Unidade Local de Saúde da Guarda ****	3.000	7.896	(4.896)	-62,0%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos ****	0	3.924	(3.924)	-100,0%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano ****	122	6.884	(6.762)	-98,2%

(Continua)



(Continuação do Quadro)

Quadro 6.2.1
Dotações de Capital / Prémios de Emissão

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Transportes	30.120	0	30.120	-
Metropolitano de Lisboa	30.120	0	30.120	-
Outros Sectores	102.683	21.145	63.938	302,4%
GeRAP	1.500	0	1.500	-
EMPORDEF	16.200	0	16.200	-
SIEV	0	100	(100)	-100,0%
SPMS	6.000	0	6.000	-
HCB	0	16.566	(16.566)	-100,0%
Fundo de Estabilização da Zona Euro	462	0	462	-
Fundo Recuperação Empresas - FCR	19.154	4.479	14.675	327,6%
Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos SNS	50.000	0	50.000	-
Fundo Português de Apoio ao Inv. em Moçambique	9.367	0	9.367	-
Empresas Sediadas no Estrangeiro	899	450	449	99,8%
Portugal Venture Capital Initiative	899	450	449	99,8%
Empresas Públicas Financeiras	550.000	1.000.000	(450.000)	-45,0%
CGD **	550.000	1.000.000	(450.000)	-45,0%
Total	1.011.102	1.481.294	(470.192)	-31,7%

Obs: Critério execução do OE, incluindo as operações concretizadas no período complementar de execução do OE.

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) O valor da dotação relativa a 2009 inclui a realização de € 3.622.941,88 por conversão em capital do montante em dívida do empréstimo concedido pela DGTF.

(**) O montante referente ao ano de 2010 foi processado no período complementar de execução do OE.

(***) Despesa com compensação em receita obtida por recurso a saldos de gerência resultantes da aplicação da taxa de recursos hídricos (Artigo 35.º do DL 97/2008).

(****) De acordo com o Despacho n.º 22.453/2009, dotações de capital efectuadas pelo Ministério da Saúde, no valor global de € 74.986.225, resultante do produto da alienação de património afecto a esse ministério.

6.3. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias e são concedidos em condições financeiras que têm em conta o custo do endividamento do Estado.

Em 2010, verificou-se um decréscimo significativo (-57,4%) no recurso aos empréstimos concedidos às empresas públicas, conforme apresentado no **Quadro 6.3.1**, essencialmente devido ao impacto do empréstimo concedido no ano de 2009 à Estradas de Portugal, S.A.



Quadro 6.3.1 Empréstimos

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	74.797	175.594	-100.797	-57,4%
Cultura	27.297	19.094	8.203	43,0%
OPART	17.570	14.470	3.100	21,4%
Teatro Nacional D.Maria II	4.827	2.294	2.533	110,4%
Teatro Nacional S.João	4.900	2.330	2.570	110,3%
Gestão Infraestruturas	33.500	130.000	-96.500	-74,2%
Infraestruturas Rodoviárias				
Estradas de Portugal	0	130.000	-130.000	-100,0%
Outras Infraestruturas				
EDIA	33.500	0	33.500	-
Outros Sectores	14.000	26.500	-12.500	-47,2%
EMA	5.000	16.500	-11.500	-69,7%
ENVC	5.000	10.000	-5.000	-50,0%
GERAP	4.000	0	4.000	-

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades

No ano de 2010, foram assumidos passivos na ordem dos M€ 7,9, no quadro de processos liquidação.

Quadro 6.4.1 Assunção de Passivos e de Outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	7.926	1.646	6.280	381,5%
Polis Vila Real, SA (em liquidação)	0	1646	-1.646	-100,0%
Polis Vila do Conde, SA (em liquidação)	4.554	0	4.554	-
Cacém Polis, SA (em liquidação)	2.286	0	2.286	-
Polis Guarda, SA (em liquidação)	1.086	0	1.086	-

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Os passivos assumidos em 2010, reflectem um acréscimo significativo face ao valor assumido no ano anterior, envolvendo passivos das empresas de requalificação urbana e ambiental (designadas por Polis) de forma a viabilizar a conclusão do respectivo processo de liquidação.



6.5. Garantias Concedidas

Em 2010 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de M€ 2 199, de que beneficiaram empréstimos contraídos por empresas públicas, em particular, a Parque Escolar e o BPN.

A garantia concedida ao BPN teve enquadramento na Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização de todas as acções representativas do capital social daquela instituição financeira, atribuindo à CGD a sua gestão. No n.º 9 do artigo 2º do referido diploma, ficou estabelecido que as operações de crédito ou de assistência de liquidez que fossem realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, S. A., a favor do BPN, no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, beneficiavam da garantia pessoal do Estado.

Relativamente a 2010, observou-se uma diminuição significativa do montante envolvido nas operações garantidas, conforme apresentado no **Quadro 6.5.1**, em grande medida explicada pela diminuição em M€ 1.185 das garantias concedidas ao BPN e pelo facto de em 2009 a AdP e a CP terem beneficiado da garantia do Estado em M€ 1.252.

Quadro 6.5.1
Garantias Concedidas

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Empresas Públicas Não Financeiras	1.199.350	54,5%	3.062.000	58,4%
Gestão de Infra-estruturas	94.350	4,3%	1.300.000	24,8%
Infra-estruturas Ferroviárias	0	0,0%	1.000.000	19,1%
REFER	0		1.000.000	
Infra-estruturas Rodoviárias	0	0,0%	300.000	5,7%
EP	0		300.000	
Outras Infra-estruturas	94.350	4,3%	0	0,0%
EDIA	94.350		0	
Serviços de Utilidade Pública	0	0,0%	752.000	14,3%
AdP	0	0,0%	752.000	14,3%
Transportes	255.000	11,6%	710.000	13,5%
Carris	120.000	5,5%	90.000	1,7%
CP	0	0,0%	500.000	9,5%
MP	50.000	2,3%	0	0,0%
ML	85.000	3,9%	0	0,0%
STCP	0	0,0%	120.000	2,3%
Outros Sectores	850.000	38,6%	300.000	5,7%
Parque Escolar	850.000		300.000	
Empresas Públicas Financeiras	1.000.000	45,5%	2.185.000	41,6%
BPN	1.000.000	45,5%	2.185.000	41,6%
TOTAL	2.199.350	100,0%	5.247.000	100,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



As garantias às empresas públicas não financeiras visaram facilitar ou criar melhores condições para a obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento dos planos de investimento dessas empresas de elevado interesse público, de montante significativo e de longa duração, nomeadamente com a construção/beneficiação de infra-estruturas como se verifica no caso da Parque Escolar.

Quadro 6.5.2

Total das Garantias Prestadas pelo Estado (Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros, excepto percentagens

Beneficiária	Em 31-12-2010	Em 31-12-2009	Variação	
			Absoluta	%
1 - Empresas Públicas Não Financeiras	12.312.306	11.828.548	483.758	4,1%
Gestão de Infra-estruturas	4.377.364	4.633.443	(256.079)	-5,5%
Infra-estruturas Aéreas	157.220	157.220	0	0,0%
ANAM	157.220	157.220	0	
Infra-estruturas Ferroviárias	3.398.079	3.707.411	(309.332)	-8,3%
GIL	69.782	79.740	(9.958)	-12,5%
REFER	3.328.297	3.627.671	(299.374)	-8,3%
Infra-estruturas Portuárias	25.011	28.257	(3.246)	-11,5%
APA	22.619	23.571	(952)	-4,0%
APS	2.392	4.686	(2.294)	-49,0%
Infra-estruturas Rodoviárias	200.659	200.659	0	-
EP	200.659	200.659	0	0,0%
Outras Infra-estruturas	596.395	539.896	56.499	10,5%
EDIA	596.395	539.896	56.499	10,5%
Indústria	13.468	11.910	1.558	13,1%
SPE	13.468	11.910	1.558	13,1%
Requalificação Urbana e Ambiental	73.966	73.966	0	0,0%
Parque Expo 98	73.966	73.966	0	0,0%
Serviços de Utilidade Pública	1.219.378	956.836	262.542	27,4%
AdP	1.219.000	955.000	264.000	27,6%
PT	378	1.836	(1.458)	-79,4%
Transportes	6.027.914	6.022.177	5.737	0,1%
CARRIS	499.200	463.333	35.867	7,7%
CP	1.117.936	1.203.194	(85.258)	-7,1%
MP	1.049.816	1.012.364	37.452	3,7%
ML	3.028.954	3.003.451	25.503	0,8%
STCP	275.000	275.000	0	0,0%
TAP	2.008	9.835	(7.827)	-79,6%
TRANSTEJO	55.000	55.000	0	0,0%
Outros Sectores	600.216	130.216	470.000	360,9%
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	0,0%
Parque Escolar	600.000	130.000	470.000	361,5%
2 - Empresas Públicas Financeiras	4.750.000	4.250.375	499.625	11,8%
BPN e Participadas	3.500.000	3.000.000	500.000	16,7%
CGD	1.250.000	1.250.375	(375)	0,0%
3 - Empresas Sediadas no Estrangeiro	2.468	5.611	(3.143)	-56,0%
HCB	2.468	5.611	(3.143)	-56,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



No final de 2010, as responsabilidades efectivas do Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por EPNF atingia o montante de M€ 12 312, como resulta da análise do **Quadro 6.5.2**.

As garantias prestadas pelo Estado, no final de 2010, representam 38% do total do passivo financeiro das EPNF, um valor ligeiramente inferior ao verificado em 2009 (40%), conforme se poderá verificar nos **Quadros 6.5.3. e 6.5.4**.

Quadro 6.5.3

Importância das Garantias Prestadas pelo Estado no Total do Passivo Financeiro (EPNF) em 2010 (Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros

2010	Dívida garantida	(1) %	Dívida não garantida	(2) %	Passivo financeiro ⁽³⁾
Empresas Públicas Não Financeiras					
Comunicação Social	0	0%	621.787	100%	621.787
LUSA	0		5.166		5.166
RTP ⁽⁴⁾	0		616.621		616.621
Cultura	0		0		0
Gestão de Infra-estruturas	4.307.582	45%	5.261.628	55%	9.569.210
Infra-estruturas Aéreas	157.220	22%	570.350	78%	727.570
ANA	0		495.738		495.738
ANAM	157.220		49.378		206.598
EDAB	0		7.924		7.924
NAV	0		17.310		17.310
Infra-estruturas Portuárias	25.011	14%	147.862	86%	172.873
APA	22.619		2.261		24.880
APL	0		144.791		144.791
APS	2.392		1		2.393
APSS	0		810		810
Infra-estruturas Ferroviárias	3.328.297	55%	2.697.360	45%	6.025.657
REFER ⁽⁴⁾	3.328.297		2.697.360		6.025.657
Infra-estruturas Rodoviárias	200.659	10%	1.804.690	90%	2.005.349
EP ⁽⁴⁾	200.659		1.804.690		2.005.349
Outras Infra-estruturas	596.395	94%	41.367	6%	637.762
Docapesca	0		4.100		4.100
EDIA	596.395		37.267		633.662
Requalificação Urbana	73.966	24%	239.293	76%	313.259
Viana Polis ⁽⁴⁾	0		24.455		24.455
Parque Expo 98	73.966		214.839		288.805
Sector da Saúde	0		463.095		463.095
Serviços de Utilidade Pública	1.219.000	41%	1.720.712	59%	2.939.712
AdP	1.219.000		1.706.433		2.925.433
CTT	0		14.279		14.279
Transportes	6.025.906	57%	4.536.859	43%	10.562.765
Carris	499.200		173.238		672.438
STCP	275.000		16.078		291.078
CP	1.117.936		2.206.376		3.324.312
Metropolitano de Lisboa ⁽⁴⁾	3.028.954		783.184		3.812.138
Metro do Porto ⁽⁴⁾	1.049.816		1.290.579		2.340.395
Metro do Mondego	0		1.041		1.041
Transtejo	55.000		66.363		121.363
Parpública	0	0%	10.150.355	100%	10.150.355
Outros	685.852	58%	589.559	42%	1.189.559
ANCP ⁽⁴⁾	0		0		0
Enatur ⁽⁴⁾	0		8.688		8.688
GeRAP ⁽⁴⁾	0		0		0
Parque Escolar ⁽⁴⁾	600.000		65.929		665.929
SIEV ⁽⁴⁾	0		0		0
Total das EPNF	12.312.306	38%	20.076.266	62%	32.388.572
Total das empresas que consolidam	8.207.726	53%	7.291.505	47%	15.499.231

(1) - % da Dívida garantida pelo Estado face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(2) - % da Dívida não garantida face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(3) - Passivo financeiro total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parpública.

(4) - Entidades definidas no artigo 47º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2011, reclassificadas em contas nacionais, para o perímetro das Administrações Públicas.



Em 2010, os sectores com maior apoio prestado pelo Estado ao nível das garantias são efectivamente os sectores das Infra-estruturas e dos Transportes. Este grupo de empresas, no conjunto, absorve 84% das garantias prestadas e representam 62% do passivo remunerado considerado (universo das EPNF).

Relativamente, à importância das garantias do Estado²², no respectivo passivo financeiro das empresas, merece destaque particular, o apoio à EDIA (cujo o valor da garantia corresponde a 94% do total do passivo financeiro), STCP (94%), Parque Escolar (90%) e ML (79%).

Face ao ano anterior, a estrutura de apoio do Estado, no âmbito das Garantias prestadas nos diferentes sectores não manifestou grande alteração, excepto no grupo das Outras empresas EPNF, no qual se inclui a Parque Escolar.

De salientar que em 2010, cerca de 48% do universo do passivo remunerado corresponde ao endividamento do conjunto das empresas que consolidam com as contas públicas nacionais. Neste subconjunto de entidades, 53% do total da dívida remunerada possui garantia prestada pelo Estado.

Por último, importa salientar que não se verificou em 2010 a execução de qualquer garantia.

²² Para valores acima dos 200 Milhões de euros.



Quadro 6.5.4

**Importância das Garantias Prestadas pelo Estado no Total do Passivo Financeiro (EPNF) em 2009
(Stock das responsabilidades assumidas)**

Milhares de euros

2009	Dívida garantida	(1) %	Dívida não garantida	(2) %	Passivo financeiro (3)
Empresas Públicas Não Financeiras					
Comunicação Social	0	0%	717.388	100%	717.388
LUSA	0		5.620		5.620
RTP ⁽⁴⁾	0		711.768		711.768
Cultura	0		0		0
Gestão de Infra-estruturas	4.553.703	53%	3.964.318	47%	8.518.021
Infra-estruturas Aéreas	157.220	22%	548.244	78%	705.464
ANA	0		472.689		472.689
ANAM	157.220		49.251		206.471
EDAB	0		6.497		6.497
NAV	0		19.807		19.807
Infra-estruturas Portuárias	28.257	17%	140.130	83%	168.387
APA	23.571		1.974		25.545
APL	0		136.940		136.940
APS	4.686		1		4.687
APSS	0		1.215		1.215
Infra-estruturas Ferroviárias	3.627.671	65%	1.911.561	35%	5.539.232
REFER ⁽⁴⁾	3.627.671		1.911.561		5.539.232
Infra-estruturas Rodoviárias	200.659	13%	1.307.654	87%	1.508.313
EP ⁽⁴⁾	200.659		1.307.654		1.508.313
Outras Infra-estruturas	539.896	90%	56.730	10%	596.626
Docapesca	0		4.000		4.000
EDIA	539.896		52.730		592.626
Requalificação Urbana	73.966	25%	224.849	75%	298.815
Viana Polis ⁽⁴⁾	0		25.597		25.597
Parque Expo 98	73.966		199.253		273.219
Sector da Saúde	0		574.583		574.583
Serviços de Utilidade Pública	955.000	37%	1.641.184	63%	2.596.184
AdP	955.000		1.626.928		2.581.928
CTT	0		14.256		14.256
Transportes	6.012.342	58%	4.265.351	42%	10.277.693
Carris	463.333		165.152		628.485
STCP	275.000		28.771		303.771
CP	1.203.194		2.196.084		3.399.278
Metropolitano de Lisboa ⁽⁴⁾	3.003.451		623.694		3.627.145
Metro do Porto ⁽⁴⁾	1.012.364		1.199.331		2.211.695
Metro do Mondego	0		4.425		4.425
Transtêjo	55.000		47.894		102.894
Parpública	0	0%	8.662.408	100%	8.662.408
Outros	233.537	36%	518.660	64%	648.660
ANCP ⁽⁴⁾	0		0		0
Enatur ⁽⁴⁾	0		10.893		10.893
GeRAP ⁽⁴⁾	0		0		0
Parque Escolar ⁽⁴⁾	130.000		8.800		138.800
SIEV ⁽⁴⁾	0		0		0
Total das EPNF	11.828.548	40%	17.410.586	60%	29.239.134
Total das empresas que consolidam	7.974.145	58%	5.799.298	42%	13.773.443

(1) - % da Dívida garantida pelo Estado face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(2) - % da Dívida não garantida face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(3) - Passivo financeiro total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parpública.

(4) - Entidades definidas no artigo 47º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2011, reclassificadas em contas nacionais, para o perímetro das Administrações Públicas.

Para além das garantias financeiras atrás referidas, o Estado garante ainda o pagamento da justa indemnização em casos de expropriações, no quadro do Código das Expropriações,



ficando com o direito de regresso sobre a entidade expropriante quando, em execução daquela garantia, satisfaça o pagamento da indemnização devida em sua substituição.

Neste âmbito, o Estado procedeu, no exercício de 2010, ao pagamento da quantia de cerca de M€ 1,9, relativamente a indemnizações devidas por empresas que integram o SEE.

Quadro 6.5.5

Execução de garantias prestadas no âmbito do Código das Expropriações

Milhares de euros, excepto percentagens

	2010	2009	Varição Absoluta
Empresas Públicas Não Financeiras	1.863	3.772	-1.909
VianaPolis, SA	185	953	-768
ChavesPolis SA (em liquidação)	1.678	758	920
EP - Estradas de Portugal, SA	0	2.061	-2.061

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas

No decurso de 2010, a DGTF assegurou o acompanhamento dos processos de liquidação de 15 sociedades, das quais 13 correspondem a sociedades constituídas no quadro do Programa Polis, tendo-se procedido ao encerramento, de três processos de liquidação, todos respeitantes a sociedades enquadradas no referido Programa. Em sede de partilha do património residual da liquidação das sociedades extintas naquele exercício, não transitou para o Estado qualquer património, quer activo, quer passivo.

6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

O montante global dos dividendos pagos ao Estado pelas empresas públicas registou um decréscimo de 20% (M€ -116), determinado, essencialmente, pela diminuição do valor distribuído pela CGD, parcialmente compensada pelo recebimento de dividendos provenientes da participação detida na Parpública.



Quadro 6.7.1
Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de Euros

	2010	2009	Variação 2009/2008	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	119.020	108.030	10.990	10,2%
Comunicação Social	94	108	(14)	-13,0%
Lusa	94	108		
Gestão de Infra-estruturas	13.412	16.549	(3.137)	-19,0%
Aéreas	6.858	7.960	(1.102)	-13,8%
ANA	6.858	5.537	1.321	23,9%
NAV	0	2.423	(2.423)	-100,0%
Portuárias	6.554	8.589	(2.035)	-23,7%
APDL	3.286	2.419	867	35,8%
APSS	962	1.895	(933)	-49,2%
APS	2.306	4.275	(1.969)	-46,1%
Serviços de Utilidade Pública	18.786	38.043	(19.257)	-50,6%
AdP	1.737	825	912	110,5%
CTT	17.049	37.218	(20.169)	-54,2%
PARPÚBLICA	85.600	52.000	33.600	64,6%
Outros sectores	1.128	1.330	(202)	-15,2%
INOVCAPITAL	38	0	38	-
HIRU	483	885	(402)	-45,4%
LISNAVE	285	285	0	0,0%
EDM	322	160	162	101,3%
Empresas Públicas Financeiras	136.125	240.000	(103.875)	-43,3%
CGD	136.125	240.000		
Empresas Sediadas no Estrangeiro	0	16.566	(16.566)	-100,0%
HCB	0	16.566		
Total Empresas Públicas	255.145	364.596	(109.451)	-30,0%
Outras Entidades Públicas Financeiras	203.227	209.538	(6.311)	-3,0%
Banco de Portugal	203.227	209.538		
Total Empresas Públicas e Banco de Portugal	458.372	574.134	(115.762)	-20,2%

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



7. Responsabilidades Contingentes

A necessidade de divulgar periodicamente, e de forma sistematizada, as responsabilidades contingentes das empresas do SEE, levou à necessidade de adoptar uma definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade em vigor.

Para efeito de análise das responsabilidades contingentes tipificaram-se 5 grandes categorias: (1) **Garantias** concedidas a terceiros; (2) **PPP/Concessões** - Contingências financeiras e legais decorrentes de Concessões e PPPs, não expressas nas contas da empresa, tais como reequilíbrios, contrapartidas e subsídios financeiros; (3) **Contencioso** - Processos em contencioso donde possam resultar responsabilidades para a empresa; (4) **Leasing operacional**; (5) **Capital Subscrito e não Realizado**.

O estudo incidiu sobre as empresas do SEE que poderiam apresentar maiores responsabilidades contingentes, em conta a dimensão da empresa e as próprias características do negócio. A análise incidiu especialmente sobre o Sector dos Transportes, Infra-estruturas e Gestoras de Participações.

As empresas analisadas reportaram 418 Responsabilidades Contingentes, sendo que 83% das mesmas foram divulgadas no Relatório e Contas 2010 (representando 91% dos montantes indicados). Apenas 19 das situações reportadas não têm montante indicativo.

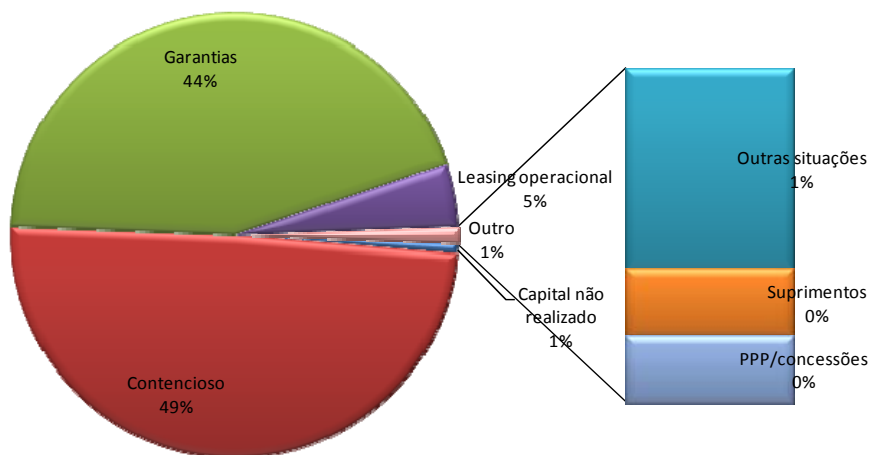
A AdP, CP, Carris, CTT e EP são responsáveis por 71% das responsabilidades contingentes reportadas por este universo de empresas, ascendendo aquelas a um total de M€ 1 121.

O Contencioso representa cerca de 50% do número total das responsabilidades contingentes reportadas, seguido de imediato pelas garantias concedidas.



Gráfico 7.1

Nº de Responsabilidades Contingentes Reportadas



O elevado n.º de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso conduz a que 71% dos montantes quantificados não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

Quadro 7.1

Horizonte Temporal das Responsabilidades Contingentes

Milhares de euros, excepto percentagens

Anos	Nº	Montante	%
2011	50	154.952	7%
2012	30	77.597	4%
2013	4	338	0%
2014	3	7.170	0%
2015	11	101.301	5%
2016	2	9.353	0%
2017	2	3.694	0%
2019	2	248.871	12%
2020	1	6.750	0%
2040	1	567	0%
Não definido	312	1.492.886	71%
Total	418	2.103.478	100%

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 43% do montante concedido de garantias está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).



Quadro 7.2

Garantias Concedidas por Sector

Milhares de euros, excepto percentagens

Garantias	Qt.	Montante	%
1.1. Comunicação Social	8	8.013	1%
1.3.2. Infra-estruturas Ferroviárias	4	4.499	0%
1.3.3. Infra-estruturas Portuárias	11	91.091	7%
1.3.4. Infra-estruturas Rodoviárias	7	154.851	12%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	25	4.133	0%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	8	536.377	42%
1.7. Transportes	91	366.956	28%
1.9. Outros Sectores	31	122.289	9%
Total	185	1.288.208	100%

As empresas que apresentam maior n.º de processos e montante, no que respeita à categoria “Contencioso”, são a EDIA (Outras Infra-estruturas”) e a MP (Transportes), devendo-se os elevados montantes a processos relacionados com expropriações, consequência da realização de Investimentos de Longa Duração (ILD).

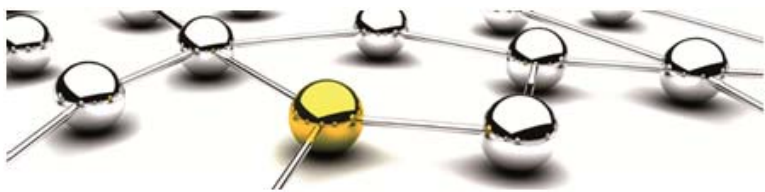
Quadro 7.3

Processo em Contencioso por Sector

Milhares de euros, excepto percentagens

Contencioso	Qt.	Montante	%
1.3.1. Infra-estruturas Aéreas	49	2.115	1%
1.3.2. Infra-estruturas Ferroviárias	1	789	0%
1.3.3. Infra-estruturas Portuárias	2	-	0%
1.3.5.Outras Infra-estruturas	14	19.179	6%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	19	20.628	7%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	9	-	0%
1.7. Transportes	110	264.582	85%
1.9. Outros Sectores	2	3.513	1%
Total Geral	206	310.806	100%

O *Leasing* Operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.



Quadro 7.4
Leasing Operacional Contratado

Milhares de euros, excepto percentagens

Leasing Operacional	Qt.	Montante	%
1.3.4. Infra-estruturas Rodoviárias	2	7.075	2%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1	26.510	7%
1.7. Transportes	3	332.295	91%
1.8. Parapública	1	48	0%
1.9. Outros Sectores	12	1.019	0%
Total Geral	19	366.947	100%



8. Instrumentos de Gestão Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho 101/09-SETF, de 30 de Janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF visando mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, definindo, nomeadamente, a obrigatoriedade de adopção de medidas de avaliação do risco financeiro e mitigação do mesmo pelas empresas, a consolidação do passivo remunerado, minimização das garantias reais bem como das covenants associadas aos contratos e a obrigatoriedade de divulgação da informação nos Relatórios e Contas Anuais.

Considerando a necessidade de aferir os montantes envolvidos neste tipo de investimentos, foi emitido o Despacho nº 896/2011-SETF, de 9 de Junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) actualmente contratados pelo SEE.

Recolheu-se informação junto das empresas que haviam assinalado que recorriam à contratação de IGRF, tendo-se apurado que apenas 14 recorrem à contratação de Instrumentos de Gestão Risco Financeiro.

Quadro 8.1.
IGRF Contratados por Sector

Milhares de euros, excepto percentagens

Sector	Empresa	Nº Operações	Valor contratual	%
	ANA	1	30.000	1%
	Refer	18	3.900.000	95%
	APA	1	12.000	0%
	APL	1	21.500	1%
	EP	1	125.000	3%
	Subtotal Infra-Estruturas	22	4.088.500	27%
	Carris	4	505.000	5%
	CP	10	1.749.363	17%
	Metro Porto	15	1.557.592	15%
	STCP	2	50.000	0%
	Transtêjo	3	82.500	1%
	Metro Lisboa	76	6.391.278	62%
	Subtotal Transportes	111	10.377.494	67%
	ADP	6	395.000	
	Subtotal Serv. Utilidade Pública	6	395.000	3%
	Parública	5	550.000	3%
	Total Geral	144	15.410.994	100%

Fonte: Informação recolhida junto das Empresas



As empresas com maior endividamento são naturalmente as que recorrem à contratação de IGRF, como forma de minimizar os encargos financeiros e/ou assegurar uma estabilidade dos encargos financeiros (nomeadamente, converter taxa variável em taxa fixa).

No quadro abaixo evidencia-se o peso do Valor de Mercado (MtM) dos IGRF contratados face ao Endividamento das empresas, destaque-se a REFER que, apesar do elevado montante de operações contratadas, apresenta um MtM bastante favorável, ainda que negativo.

Quadro 8.2.
Endividamento da Empresa e Valor de Mercado dos IGRF

Milhares de euros, excepto percentagens

	Endividamento 2010	IGRF - MtM 2010	%
ANA - Aeroportos de Portugal SA	496.250	-1.192	0%
REFER - Rede Ferroviária Nacional EP	6.025.657	-59.333	-1%
APA - Administração do Porto de Aveiro SA	24.330	-78	0%
APL - Administração do Porto de Lisboa SA	144.791	-3.180	-2%
EP - Estradas de Portugal SA	2.005.349	-10.581	-1%
Subtotal Infra-Estruturas	8.696.376	-74.364	-1%
Companhia Carris de Ferro de Lisboa SA	672.438	-82.927	-12%
CP-Caminhos de Ferro Portugueses EP	3.324.312	-163.471	-5%
Metro do Porto SA	2.340.395	-578.171	-25%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto SA	335.403	-36.287	-11%
TRANSTEJO-Transportes do Tejo SA	107.153	-3.456	-3%
Metropolitano de Lisboa EP	3.812.138	-417.762	-11%
Subtotal Transportes	10.591.840	-1.282.073	-12%
ADP	604.582	-12.687	-2%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	604.582	-12.687	-2%
Parpública-Participações Públicas SGPS SA	4.853.663	-123.312	-3%
Parpública	4.853.663	-123.312	-3%
Total Geral	24.141.878	-1.479.749	-16%

Fonte: Contas Individuais - SIRIEF e Informação recolhida junto das Empresas

As empresas do SEE recorrem maioritariamente aos derivados financeiros como forma de cobertura do risco assumido pela contratação de passivo oneroso.

Apesar do objectivo das contratações ser a cobertura do risco financeiro verificou-se, com especial incidência no sector dos transportes que, em 2010, consequência das baixas taxas de juro, os IGRF apresentaram um valor de mercado negativo.

As empresas assinalaram quatro grandes categorias de objectivos na contratação de IGRF: (1) **Cobertura** de operações contratadas, visando nomeadamente a minimização da exposição ao risco da Taxa de juro; (2) **Reestruturação** – IGRF contratadas que visam reajustar as condições de IGRF anteriormente contratadas; (3) **Diversificação** – referente a operações contratadas que têm por finalidade o ajuste da carteira de passivos como um todo, sem suporte



directo num passivo contratado, (4) **Optimização** dos encargos financeiros com risco – contratação de IGRF que expõem a empresa a um risco adicional têm suporte numa operação contratada e procuram otimizar os encargos financeiros a pagar.

Quadro 8.3.
IGRF Contratados por Objectivo

Milhares de euros, excepto percentagens

Objectivo	Nº	Valor Contratual	%
Cobertura	99	21.567.796	83%
Reestruturação	25	1.769.504	7%
Diversificação	16	1.857.592	7%
Par pública - Obrigações Convertíveis	2	0	0%
Opt. de Enc. Fin.com risco	3	900.000	3%
Total Geral	145	26.094.892	100%

Fonte: Informação recolhida junto das Empresas

Uma análise sumária da origem da contraparte verifica-se que mais de 60% das operações são contratadas com bancos de origem estrangeira.

Foi, ainda solicitada a apresentação da análise de sensibilidade dos IGRF contratados à variação das taxas de juro, no entanto, nem todas as empresas tiveram capacidade de apresentar a mesma. De qualquer forma, foi possível apurar que a variação positiva de 1% da Euribor teria um impacto, em cerca de 2/3 da carteira, de mais 55 milhões de euros.

Quadro 8.4.
IGRF – Análise de sensibilidade à variação das taxas de juro a 30 de Junho 2011

Milhares de euros

Empresa	MtM Jun2011	-1%	+1%
APA	n.d	n.d	n.d.
APL	-2.755	n.d	n.d.
AdP	-9.039	n.d	n.d.
Carris	-66.893	-9.664	9.871
CP	-135.624	-27.414	28.523
Metro Porto	-625.485	n.d	n.d.
Refer	-49.881	46.549	-59.655
STCP	-27.054	-23.620	3.046
Transtejo	-3.257	-1.893	1.705
TAP	-316	-1.005	1.637
ANA	-801	-1.281	2.672
Par pública	-98.767	18.926	-24.967
EP	-9.509	n.d	n.d.
Metro Lisboa	-520.304	-185.922	93.049
Total Geral	-1.549.685	-185.323	55.880

Fonte: Informação recolhida junto das Empresas

n.d. não disponível



Nos últimos 3 anos ocorreu a contratação de metade dos IGRF (em vigor à data de 30.06.2011), representando 60% do valor de mercado negativo.

O valor de mercado em 2010 dos IGRF foi negativamente afectado pelos níveis historicamente baixos das taxas de juro. Ao inverter-se esta tendência em 2011, a generalidade das empresas apresenta variações positivas no valor de mercado dos IGRF, excepção feita ao Metro de Lisboa e Metro do Porto – as empresas que maior n.º de operações têm contratadas – cerca de 60% do total das operações.

Quadro 8.5.

IGRF – Valor de Mercado dos IGRF Contratados (evolução 2009-2011)

Milhares de euros

Empresa	MtM 2009	MtM 2010	MtM Jun2011	Var. 2010	Var. 2011
APA	-386	-78	0	307	78
APL	-3.326	-3.180	-2.755	146	425
AdP	-3.884	-12.687	-9.039	-8.803	3.648
Carris	-87.499	-82.927	-66.893	4.572	16.034
CP	-185.554	-163.471	-135.624	22.084	27.847
Metro Porto	-421.402	-578.171	-625.485	-156.768	-47.314
Refer	-72.557	-59.333	-49.881	13.224	9.452
STCP	-16.197	-36.287	-27.054	-20.089	9.233
Transtejo	-2.777	-3.456	-3.257	-680	199
TAP	-104	-1.415	-316	-1.311	1.099
ANA	-612	-1.192	-801	-580	391
Parública	-6.109	-123.312	-98.767	-117.203	24.545
EP	0	-10.581	-9.509	-10.581	1.072
Metro Lisboa	-246.499	-417.762	-520.304	-171.262	-102.543
Total Geral	-1.046.906	-1.493.852	-1.549.685	-446.946	-55.834

Fonte: Informação recolhida junto das Empresas



9. PESO DO SEE NA ECONOMIA

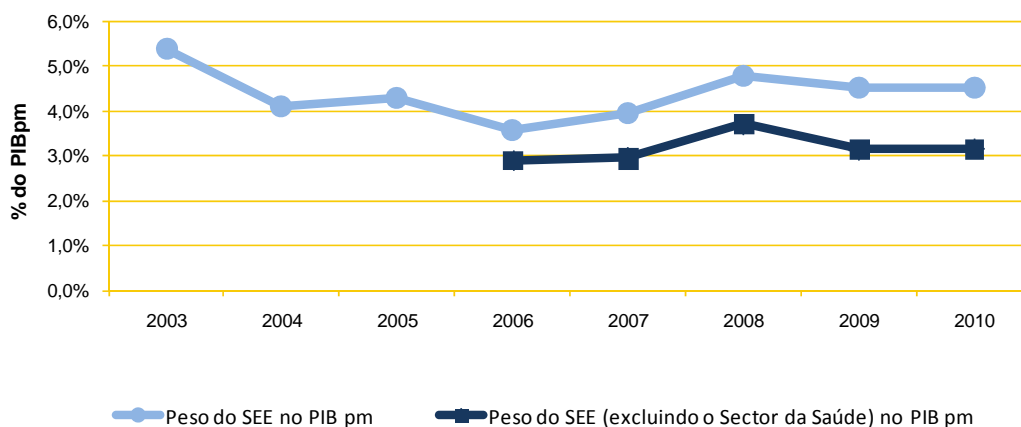
No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm} , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

Saliente-se que, devido a alterações no universo considerado e à revisão dos valores do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os apurados em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de factores.

9.1. Peso no Produto Interno Bruto

Em 2010 o peso do SEE na economia medido pelo rácio VAB_{pmSEE} / PIB_{pm} manteve-se constante relativamente ao exercício anterior (4,5%), (**Gráfico 9.1.1**), situação de estabilidade que se mantém se excluirmos as empresas do sector da saúde. Com efeito, se excluirmos este sector da análise, a expressão do VAB_{pm} do SEE no PIB_{pm} é de 3,1%, valor igual ao ano anterior.

Gráfico 9.1.1
Peso do SEE no PIB_{pm}

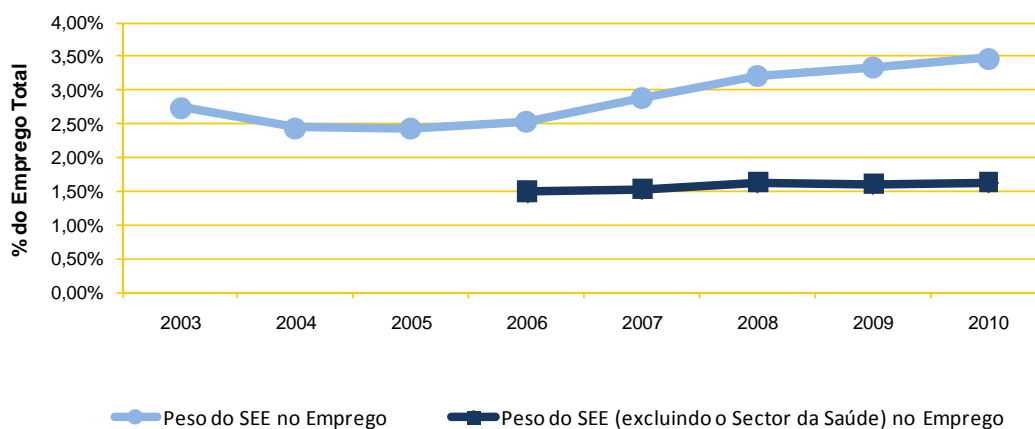




9.2. Peso no Emprego

O número médio de trabalhadores do SEE revelou um crescimento de 2,78% relativamente ao exercício anterior, o que explica o reforço da importância relativa do SEE medida pelo rácio EmpregoSEE /EmpregoTotal que passou de 3,33% para 3,48%. Excluindo o sector da saúde, o acréscimo de emprego no SEE em 2010 é de 0,43% e o seu peso global no emprego assume uma maior expressão, +0,03 p.p.

Gráfico 9.2.1
Peso do SEE no Emprego



9.3. Produtividade relativa do SEE

A produtividade da economia, medida pelo indicador $PIB_{pm}/Volume$ de emprego, registou uma subida mais acentuada em 2010 do que a registada no SEE, razão pela qual se observa no quadro seguinte uma redução de 3,7% na produtividade do SEE.

Em 2009 o indicador Produto/Volume de emprego no SEE era superior ao da economia nacional em 34% e em 2010 esse excesso cifrava-se em 29%, havendo assim uma perda relativa para o SEE.



Quadro 9.3.1 Produtividade Relativa no SEE

Produtividade relativa SEE	2010	2009	Variação
Peso no PIB			(p.p.)
SEE	4,5%	4,5%	0,0
SEE sem sector Saúde	3,2%	3,1%	0,0
Peso no Emprego			
SEE	3,5%	3,3%	0,1%
SEE sem sector Saúde	1,6%	1,6%	0,0%
Produtividade			(%)
SEE	1,30	1,35	-3,7%
SEE sem sector Saúde	1,94	1,97	-1,4%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



10. ANEXOS

10.1. Empresas Públicas em 2009 e 2010

Euros, excepto percentagens

Empresas	Participações DGTF		Participações DGTF	
	2010		2009	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1. Empresas Públicas não Financeiras	10.000.523.576		9.669.407.576	
1.1. Comunicação Social	1.014.343.340		950.043.340	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.670.000	50,14	2.670.000	50,14
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	1.011.673.340	100,00	947.373.340	100,00
1.2. Cultura	7.500.000		7.500.000	
OPART - Organismo de Produção Artística, EPE	4.000.000	100,00	4.000.000	100,00
Teatro Nacional D. Maria II, EPE	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00
Teatro Nacional S. João EPE	2.500.000	100,00	2.500.000	100,00
1.3. Gestão de Infraestruturas	1.369.617.450		1.238.517.450	
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	100.986.300		100.986.300	
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	62.889.520	31,44	62.889.520	31,44
ANAM-Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	6.750.000	10,00	6.750.000	10,00
EDAB-Emp ^a de Desenv. do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000	82,50	3.300.000	82,50
NAER-Novo Aeroporto, SA	3.046.780	5,59	3.046.780	5,59
Navegação Aérea de Portugal-NAV Portugal, EPE	25.000.000	100,00	25.000.000	100,00
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	306.700.000		306.700.000	
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000	60,00	1.500.000	60,00
REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE	305.200.000	100,00	305.200.000	100,00
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	236.135.000		235.035.000	
APA - Admn. Porto Aveiro, SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
APDL-Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	51.035.000	100,00	51.035.000	100,00
APL-Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000	100,00	60.000.000	100,00
APS-Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000	100,00	80.000.000	100,00
APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	15.100.000	100,00	14.000.000	100,00
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	330.000.000		200.000.000	
EP - Estradas de Portugal, SA	330.000.000	100,00	200.000.000	100,00
1.3.5. Outras Infraestruturas	395.796.150		395.796.150	
Docapesca-Portos e Lotas, SA	8.528.400	100,00	8.528.400	100,00
EDIA-Empresa Desenv. Infraest Alqueva, SA	387.267.750	100,00	387.267.750	100,00
1.4. Requalificação Urbana	175.806.636		125.806.636	
Arco Ribeirinho Sul, SA	5.000.000	100,00	5.000.000	100,00
CostaPolis-Soc.Des.Programa Polis Costa Caparica, SA	19.155.886	59,99	19.155.886	59,99
Frente Tejo, SA	5.000.000	100,00	5.000.000	100,00
Parque Expo 98, SA	82.454.750	99,77	32.454.750	99,43
Polis Litoral Norte, SA	13.833.000	53,00	13.833.000	53,00
Polis Litoral Ria de Aveiro, SA	17.192.000	56,00	17.192.000	56,00
Polis Litoral Sudoeste, SA	9.996.000	51,00	9.996.000	51,00
PolisLitoral Ria Formosa, SA	14.175.000	63,00	14.175.000	63,00
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA	9.000.000	60,00	9.000.000	60,00

(continua)



Euros, excepto percentagens

Empresas	Participações DGTF		Participações DGTF	
	2010		2009	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.5. Saúde	1.853.162.225		1.789.646.225	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	40.930.000	100,00	37.930.000	100,00
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	24.920.930	100,00	24.920.930	100,00
Centro Hospitalar de Coimbra, EPE	28.050.000	100,00	25.550.000	100,00
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	92.822.302	100,00	92.822.302	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000	100,00	126.860.000	100,00
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	66.992.791	100,00	66.992.791	100,00
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	58.753.000	100,00	57.753.000	100,00
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	49.582.000	100,00	47.082.000	100,00
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	43.930.000	100,00	43.930.000	100,00
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	38.012.791	100,00	38.012.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	26.642.791	100,00	26.642.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	36.854.419	100,00	36.854.419	100,00
Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	34.940.000	100,00	34.940.000	100,00
Centro Hospitalar do Porto, EPE	142.704.000	100,00	141.326.000	100,00
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	59.080.000	100,00	57.080.000	100,00
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	162.930.000	100,00	162.930.000	100,00
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	13.750.602	100,00	12.750.602	100,00
Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	22.229.540	100,00	15.229.540	100,00
Hospital de Curry Cabral, EPE	2.500.000	100,00	0	0,00
Hospital de Faro, EPE	22.422.097	100,00	19.922.097	100,00
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	20.000.000	100,00	20.000.000	100,00
Hospital de São João, EPE	112.000.000	100,00	112.000.000	100,00
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	20.950.000	100,00	19.950.000	100,00
Hospital Distrital de Santarém, EPE	39.592.791	100,00	39.592.791	100,00
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	24.102.535	100,00	21.602.535	100,00
Hospital do Litoral Alentejano, EPE	7.000.000	100,00	0	0,00
Hospital Garcia da Orta, EPE	60.419.535	100,00	58.419.535	100,00
Hospital Infante D. Pedro, EPE	40.284.651	100,00	40.284.651	100,00
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	18.200.000	100,00	14.200.000	100,00
Hospital Santa Maria Maior, EPE	15.689.302	100,00	15.689.302	100,00
Hospital Santo André, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Hospital São Teotónio, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
IPO - Coimbra, EPE	19.950.000	100,00	19.950.000	100,00
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000	100,00	49.880.000	100,00
IPO - Porto, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	13.877.236	100,00	10.877.236	100,00
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	12.516.000	100,00	0	0,00
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	33.854.419	100,00	33.854.419	100,00
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	48.870.523	100,00	45.870.523	100,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	59.408.063	100,00	56.408.063	100,00
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	21.999.907	100,00	21.877.907	100,00

(continua)



Euros, excepto percentagens

Empresas	Participações DGTF		Participações DGTF	
	2010		2009	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	125.656.410		125.656.410	
AdP-Águas de Portugal, SA	38.331.410	8,82	38.331.410	8,82
CTT-Correios de Portugal, SA	87.325.000	100,00	87.325.000	100,00
1.7. Transportes	2.898.818.020		2.898.818.020	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270	100,00	163.532.270	100,00
CP-Comboios de Portugal, EPE	1.995.317.000	100,00	1.995.317.000	100,00
Metro do Mondego, SA	569.750	53,00	569.750	53,00
Metro do Porto, SA	3.000.000	40,00	3.000.000	40,00
Metro-Metropolitano de Lisboa, EPE	603.750.000	100,00	603.750.000	100,00
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000	100,00	79.649.000	100,00
TRANSTEJO-Transportes do Tejo, SA	53.000.000	100,00	53.000.000	100,00
1.8. Parpública	2.000.000.000		2.000.000.000	
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000	100	2.000.000.000	100,00
1.9. Outros Sectores	555.619.494		533.419.494	
Agência Nacional de Compras Públicas, EPE	8.000.000	100,00	8.000.000	100,00
AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EI	114.927.980	100,00	114.927.980	100,00
EGREP - Entid.Gest.Reservas Estraté. Prod.Petrolíf.EPE	250.000	100,00	250.000	100,00
EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA	66.000.000	100,00	66.000.000	100,00
Empordef-Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, SA	174.275.000	100,00	158.075.000	100,00
ENATUR-Empresa Nacional de Turismo, SA	1.618.400	20,23	1.618.400	20,23
FRME-Fundo p ^a . Revit. Modern.Tecido Emp. ,SGPS, SA	46.971.559	64,96	46.971.559	64,96
GeRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Admin. Put	12.000.000	100,00	12.000.000	100,00
INOV Capital, SA	4.133.750	15,03	4.133.750	15,03
Parque Escolar, EPE	91.342.806	100,00	91.342.806	100,00
SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA	100.000	100,00	100.000	100,00
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	6.000.000	100,00	0	100,00
2. Empresas Públicas Financeiras	5.060.132.750		4.510.132.750	
Caixa Geral de Depósitos, SA	5.050.000.000	100,00	4.500.000.000	100,00
PME Investimento, SA	4.133.750	15,03	4.133.750	15,03
SOFID - Soc. Para o Financiamento Desenvolvimento Instituição Fin	5.999.000	59,99	5.999.000	59,99
3. Empresas Sediadas no Estrangeiro	462.494		0	
Fundo de Estabilização da Zona Euro, SA	462.494	2,51	0	0,00
4. Total	15.061.118.820		14.179.540.326	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças



10.2. Outras Participações (carteira acessória)

Euros, excepto percentagens

Empresas	Participações DGTF			
	2010		2009	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
Empresas Públicas não Financeiras				
Indústria	2.188.754		2.188.754	
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820	25,00	74.820	25,00
DILOP-Alimentos do Sul, SA	58.800	19,60	58.800	19,60
DILOP-Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	31.355	19,60	31.355	19,60
DILOP-Produtos Alimentares, SA	1.772.200	19,60	1.772.200	19,60
DILOP-Transportes, SA	64.915	19,60	64.915	19,60
EFACEC - Int. Financing, SGPS, SA	38.174	5,00	38.174	5,00
Lisnave-Estaleiros Navais, SA	148.330	2,97	148.330	2,97
Sociedade Aguas da Curia,SA	160	0,01	160	0,01
Outros sectores	28.547.682		24.547.631,68	
Caso-Centro de Abate de Suínos do Oeste, Lda	293.293	19,60	293.293	19,60
CIMPOFIM-Projetos Técnicos e Financeiros,SA	648.435	18,70	648.435	18,70
CNEMA- Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas,SA	30.000	0,91	30.000	0,91
Comp. Cervejas Estrela, SA	187	0,00	187	0,00
Comundo-Consorcio Mundial Export. Importação, SA	17	0,00	17	0,00
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré,CRL	3	0,00	3	0,00
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	200.000	17,50	200.000	17,50
Gestinsua-Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil.,SA	8.750	7,39	8.750	7,39
Imobiliária Construtora Grão-Pará,SA	20	0,00	20	0,00
Matur-Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira,SA	20	0,00	20	0,00
NET-Novas Empresas e Tecnologias,SA	17.430	7,39	17.430	7,39
Parquiverca - Coop. Abastecimento Alimentar, SCARL	49,88	0,00	0	0,00
PROPNER - Propriedades e Equipamentos, SA	2.118.255	43,70	2.118.255	43,70
SANJIMO - Soc. Imobiliária SA	4.930	7,97	4.930	7,97
SIMAB-Soc.Inst. Mercados Abastecedores,SA	25.145.887	95,00	21.145.887	95,00
Soc. Imagem Real, Lda	288	0,00	288	0,00
Sociedade Pereira Pinto,Lda-Farmácia Central de Carcavelos	4.750	95,00	4.750	95,00
Sociedade Turística da Penina,SA	15	0,00	15	0,00
Sonagi-Soc. Nacional Gestão Investimento,SA	500	0,01	500	0,01
SPIDOURO-Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes SA	74.850	8,30	74.850	8,30
ZON Multimédia, SGPS, SA	1	0,00	1	0,00
Empresas Públicas Financeiras	380.000.000		380.000.000	
Banco Português de Negócios, SA**	380.000.000	100,00	380.000.000	100,00
Empresas Sediadas na Estrangeiro	12.663.922		12.653.114	
IPE MACAU-Invest. e Participações Empresarias,SARL***	93.670	100,00	87.494	100,00
Portugal Venture Capital Initiative, SA	12.500.000	11,23	12.500.000	11,23
WTC MACAU - World Trade Center Macau,SARL***	70.252,35	2,50	65.620	2,50
Total	423.400.357		419.389.499	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

(*) Empresas nas quais a posição accionista do Estado não lhe confere uma posição de influência dominante na gestão - empresas participadas. Incluem-se também empresas, que embora detidas maioritariamente, a sua manutenção na posse do Estado é encarada como transitória.

(**) Empresa nacionalizada em Novembro de 2008 através da Lei nº 62-A/2008 de 11 de Novembro.

(***) Foi considerado o câmbio a 31.12.2010



10.3. Empresas em liquidação

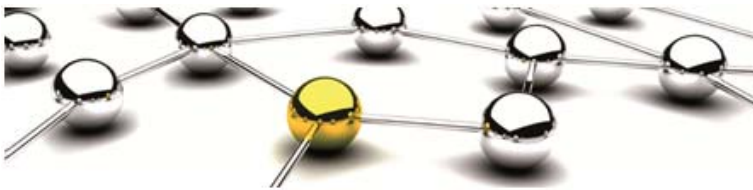
Euros, excepto percentagens

Empresas	Participação DGTF			
	2010		2009	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, EP	1.241.383	0,0%	1.241.383	0,0%
AveiroPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Aveiro, SA	5.700.000	60,0%	5.700.000	60,0%
CacémPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Cacém, SA	9.375.000	60,0%	9.375.000	60,0%
ChavesPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Chaves,SA	0	0,0%	1.122.000	60,0%
Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL	0	0,0%	1.606	53,7%
COPENAVE-Coop.Abastecedora de Navios, CRL*	0	0,0%	1.011	1,4%
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, Lda **	69.134	0,0%	69.134	24,1%
FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique	374.195	5,1%	122.399	5,1%
GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA	5.778.000	60,0%	5.778.000	60,0%
Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, Lda **	4.651.824	37,3%	4.651.824	37,3%
Metalúrgica Casal, SA **	5	0,0%	5	0,2%
METANOVA - Comércio e Gestão de Imóveis, SA **	37.410	10,0%	37.410	10,0%
PolisAlbufeira-Soc.Des.Progr.Polis em Albufeira, SA	5.100.000	60,0%	5.100.000	60,0%
PolisCastelo Branco-Soc.Des.Progr.Polis Castelo Br., SA	5.880.000	60,0%	5.880.000	60,0%
PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000	60,0%	4.591.000	60,0%
PolisGuarda-Soc.Desenvolv.Progr.Polis na Guarda, SA	0	0,0%	4.725.000	60,0%
PolisVila do Conde-Soc. Des. Pr. Polis em Vila Conde, SA	0	0,0%	4.800.000	60,0%
PolisVila Real-Soc. Des. Progr. Polis em Vila Real, SA	4.650.000	60,0%	4.650.000	60,0%
SetúbalPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Setúbal, SA	3.830.000	60,0%	3.830.000	60,0%
Silopor-Empresa Silos Portuários, SA	46.388.204	100,0%	46.388.204	100,0%
TomarPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Tomar, SA	1.459.000	60,0%	1.459.000	60,0%
ViseuPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Viseu, SA	9.600.000	60,0%	9.600.000	60,0%
Total	108.725.156		119.122.976	

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

* Liquidação não acompanhada pela DGTF

** Liquidação no quadro de processo de falência/insolvência



10.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2010

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total *
			Transportes				SOMA	Outras Infra-estruturas	Total						
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infra-estr. Rodoviárias									
Vendas e Serviços Prestados	204.526,8	8.364,2	540.221,6	139.323,0	73.413,7	1.629.601,3	2.382.559,6	36.137,2	2.418.696,8	34.200,4	1.504.345,6	603.739,8	3.577.489,0	233.308,3	7.521.583,3
Subsídios à exploração	121.223,8	25.118,2	190,0	3.182,9	35.850,6	185,8	39.409,3	32,2	39.441,5	157,8	67.137,9	143.128,3	15.967,0	2.624,9	347.661,5
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	0,0	0,0	(18,2)	0,0	(18,2)	(48,3)	(66,5)	0,0	18,2	(27.138,9)	226.319,0	4.347,3	203.479,1
Variação nos inventários da produção	0,0	(75,3)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	59.696,0	59.696,0	0,0	0,0	(27,0)	(1.974,0)	261,8	57.881,5
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	7.869,2	184,9	3.420,0	0,0	11.474,2	3.510,9	14.985,1	4.259,9	685,1	4.735,1	38.425,0	13.320,4	74.263,0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(114.341,2)	(41,4)	(2.268,0)	867,8	(5.619,6)	(971.778,7)	(980.534,2)	(2.610,3)	(983.144,4)	(1.269,5)	(47.286,2)	(44.800,4)	(289.675,0)	(7.622,2)	(1.456.088,7)
Fornecimentos e Serviços Externos	(54.476,5)	(10.929,4)	(134.804,9)	(38.081,6)	(118.037,7)	(167.915,5)	(458.839,6)	(67.917,7)	(526.757,3)	(22.783,2)	(498.049,7)	(459.284,0)	(1.765.339,0)	(113.086,7)	(3.121.297,3)
Gastos Com o Pessoal	(115.335,8)	(21.442,5)	(213.620,7)	(57.839,8)	(97.222,6)	(38.724,8)	(407.408,0)	(17.578,3)	(424.986,3)	(14.844,3)	(545.943,8)	(361.334,1)	(879.076,0)	(95.765,1)	(2.240.889,3)
Ajustamentos de inventários	(59,2)	(21,8)	1.634,7	(0,2)	0,0	0,0	1.634,5	(4,2)	1.630,3	0,0	(5.463,9)	(253,2)	(10.163,0)	0,0	(10.845,7)
Imparidade de dívidas a receber	(274,4)	(19,4)	(562,4)	(1.316,8)	0,0	(4.225,8)	(6.105,0)	(157,5)	(6.262,5)	0,0	(211,4)	(2.683,0)	(802,0)	(1.245,5)	(8.889,6)
Provisões	(6.435,7)	(373,4)	92,2	(909,1)	(3.674,7)	(75.877,4)	(80.369,0)	(876,6)	(81.245,6)	584,1	14.892,9	(20.006,8)	28.187,0	(2.693,6)	(92.262,8)
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	(5.316,9)	0,0	(5.316,9)	0,0	(5.316,9)	0,0	(2.669,1)	13.843,0	(231.768,0)	(434,9)	(226.345,8)
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,3	145,5	0,0	0,0	145,8	0,0	145,8	(1.865,8)	4,1	(100.070,5)	164.521,0	(1.338,0)	61.392,2
Outros Rendimentos e Ganhos	2.379,6	384,9	16.008,5	47.207,4	14.170,0	63.651,6	141.037,5	7.740,4	148.777,9	5.179,0	31.748,1	86.556,2	135.079,0	37.078,3	417.689,4
Outros Gastos e Perdas	(5.469,0)	(547,7)	(27.185,8)	(9.434,2)	(2.181,1)	(6.192,7)	(44.993,9)	(1.467,8)	(46.461,7)	(4.508,3)	(40.179,7)	(11.811,9)	(100.068,0)	(30.303,0)	(198.501,8)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	31.738,6	416,3	187.574,8	81.594,3	(105.216,6)	428.723,7	592.676,2	16.456,1	609.132,3	(889,8)	479.028,2	(175.407,4)	907.122,0	38.452,1	1.328.829,2
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(11.844,2)	(844,2)	(83.401,3)	(57.545,0)	(3.465,4)	(180.216,1)	(324.627,8)	(13.143,5)	(337.771,3)	(1.833,6)	(249.269,9)	(201.225,8)	(375.005,0)	(53.392,6)	(938.401,3)
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis	3.763,2	0,0	0,0	(316,8)	0,0	0,0	(316,8)	(15.020,0)	(15.336,8)	2.049,5	0,0	(5.103,4)	(18.314,0)	(1.080,4)	(34.021,9)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	23.657,6	(427,9)	104.173,5	23.732,5	(108.681,9)	248.507,5	267.731,6	(11.707,4)	256.024,2	(673,9)	229.758,3	(381.736,6)	513.803,0	(16.020,9)	356.406,0
Juros e Gastos Similares Suportados	(28.960,5)	(6,6)	(18.691,9)	(5.176,6)	(173.903,1)	(105.032,1)	(302.803,8)	(3.279,3)	(306.083,1)	(7.562,8)	(62.083,6)	(611.235,1)	(321.548,0)	(21.901,8)	(1.283.814,6)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	21.781,9	4,4	1.114,9	2.117,9	136.371,6	156,6	139.761,1	2.866,8	142.627,8	1.552,1	20.723,8	19.663,4	36.344,0	4.290,8	235.275,5
Resultado antes de impostos	16.478,9	(430,0)	86.596,4	20.673,8	(146.213,4)	143.632,0	104.688,8	(12.119,9)	92.568,9	(6.684,6)	188.398,4	(973.308,3)	228.599,0	(33.631,9)	(692.133,1)
Imposto sobre o rendimento do período	(749,2)	(26,5)	(24.152,4)	(3.585,1)	(306,2)	(41.126,4)	(69.170,1)	(174,0)	(69.344,0)	(96,5)	(35.083,9)	(119,5)	(70.081,0)	(2.433,6)	(126.985,0)
Resultado líquido do período das actividades em continuação	15.729,7	(456,5)	62.444,0	17.088,8	(146.519,6)	102.505,6	35.518,8	(12.293,9)	23.224,9	(6.781,1)	153.314,5		158.518,0	(36.065,5)	(819.118,1)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	15.729,7	(456,5)	62.444,0	17.088,8	(146.519,6)	102.505,6	35.518,8	(12.293,9)	23.224,9	(6.781,1)	153.314,5	(973.427,8)	158.518,0	(36.065,5)	(819.118,1)
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17.550,6	0,0	60.301,0	190,8	60.767,2
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	15.729,7	(456,5)	62.444,0	17.088,8	(146.519,6)	102.505,6	35.518,8	(12.293,9)	23.224,9	(6.781,1)	135.764,0	(973.427,8)	98.217,0	(36.256,4)	(879.885,3)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) - Este total é o valor total das EPNF com excepção do Sector da Saúde, ANA e AdP.



10.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2009

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas						Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total *	
			Transportes				SOMA	Outras Infra-estruturas							Total
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infra-est. Rodoviárias									
Vendas e Serviços Prestados	203.639,4	8.491,9	530.652,5	137.269,2	71.772,3	1.116.845,0	1.856.539,0	37.245,3	1.893.784,3	45.668,6	1.465.844,0	602.154,5	3.216.015,0	224.352,8	6.683.605,8
Subsídios à exploração	119.830,5	25.816,0	10,2	686,5	36.149,3	0,0	36.846,0	72,2	36.918,2	1,3	67.021,3	141.162,6	13.823,0	0,0	337.551,6
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	41,4	0,0	578,0	0,0	619,4	(146,1)	473,3	0,0	14,0	(23.605,8)	252.855,0	(519,5)	229.217,0
Variação nos inventários da produção	0,0	(177,2)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	140.595,9	140.595,9	0,0	0,0	(43,3)	(19.228,0)	12.260,9	133.408,2
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	6.818,5	174,8	3.958,6	0,0	10.951,9	3.382,4	14.334,3	3.001,7	350,2	5.714,5	47.946,0	12.202,2	80.590,1
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(107.925,5)	(38,2)	(2.045,2)	(603,5)	(8.326,7)	(509.756,0)	(520.731,3)	(2.208,1)	(522.939,5)	(10.425,8)	44.251,8	(41.895,3)	(255.518,0)	(27.476,3)	(983.003,5)
Fornecimentos e Serviços Externos	(59.387,2)	(11.949,7)	(128.050,1)	(35.867,2)	(110.027,9)	(147.283,0)	(421.228,2)	(148.321,7)	(569.549,9)	(23.739,9)	472.748,1	(456.295,5)	(1.513.390,0)	(107.799,0)	(2.917.107,2)
Gastos Com o Pessoal	(125.406,1)	(21.171,3)	(216.984,5)	(31.800,4)	(98.818,8)	(39.677,0)	(387.280,7)	(18.653,4)	(405.934,1)	(14.992,0)	559.310,1	(366.504,9)	(812.588,0)	(83.800,8)	(2.175.465,8)
Ajustamentos de inventários	(59,2)	0,0	200,4	0,0	0,0	0,0	200,4	(25,3)	175,1	0,0	(653,4)	27,5	(11.748,0)	71,8	(12.194,3)
Imparidade de dívidas a receber	(384,3)	(45,6)	(6.395,8)	(45,8)	0,0	0,0	(6.441,6)	(347,7)	(6.789,3)	0,0	(7.546,3)	(6.007,1)	(10.343,0)	238,5	(24.641,6)
Provisões	(10.328,4)	(272,2)	116,5	2.010,7	(1.133,4)	(456,0)	537,8	(821,7)	(283,9)	586,4	(4.332,4)	(28.361,4)	(14.103,0)	(10.060,2)	(57.965,0)
Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis	(33,4)	0,0	0,0	(84,1)	(138,7)	0,0	(222,8)	0,0	(222,8)	0,0	0,0	21.926,1	(8.736,0)	(7.192,2)	5.741,8
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	4,6	0,0	0,0	(31.817,7)	185.823,0	(422,3)	153.583,0
Outros Rendimentos e Ganhos	1.770,3	454,1	17.882,9	62.077,1	15.033,7	53.309,0	148.302,7	5.866,0	154.168,7	6.869,7	28.775,9	95.418,3	216.719,0	41.176,3	521.141,5
Outros Gastos e Perdas	(7.514,2)	(723,1)	(21.981,1)	(19.157,5)	(5.119,3)	(7.372,0)	(53.629,8)	(1.380,9)	(55.010,7)	(22.434,6)	(32.804,8)	(22.391,9)	(71.529,0)	(17.394,2)	(203.589,5)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	14.201,9	384,7	180.270,5	114.659,7	(96.072,7)	465.610,0	664.467,5	15.256,9	679.724,3	(15.464,7)	440.358,5	(110.519,4)	1.215.998,0	35.638,0	1.770.872,2
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(14.081,6)	(577,6)	(92.108,2)	(56.255,7)	(3.338,4)	(297.563,0)	(449.265,2)	(11.057,8)	(460.323,1)	(1.515,1)	(243.998,9)	(200.654,2)	(371.531,0)	(40.484,4)	(1.054.181,2)
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis	3.621,5	0,0	0,0	(9.179,9)	0,0	0,0	(9.179,9)	(92.293,3)	(101.473,2)	9.206,3	0,0	(2.861,6)	(237,0)	(7.673,3)	(99.417,3)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3.741,8	(192,9)	88.162,3	49.224,1	(99.411,1)	168.047,0	206.022,3	(88.094,3)	117.928,1	(7.773,5)	196.359,6	(314.035,2)	844.230,0	(12.519,7)	617.273,7
Juros e Gastos Similares Suportados	(41.056,9)	(21,4)	(17.970,5)	(730,3)	(183.402,2)	(38.878,0)	(240.981,0)	(4.536,0)	(245.517,0)	(10.985,2)	(50.078,3)	(395.680,8)	(301.905,0)	(14.234,6)	(997.600,3)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	14.274,4	4,3	1.760,7	(1.294,3)	162.458,5	97,0	163.021,9	3.066,2	166.088,2	3.357,1	40.013,7	280.801,4	59.096,0	5.351,1	538.151,3
Resultado antes de impostos	(23.040,7)	(210,0)	71.952,6	47.199,5	(120.354,8)	129.266,0	128.063,3	(89.564,0)	38.499,3	(15.401,5)	186.295,0	(428.914,6)	601.422,0	(21.403,2)	157.825,7
Imposto sobre o rendimento do período	(668,9)	(23,4)	(23.175,6)	(7.519,5)	(191,0)	(34.306,0)	(65.192,1)	(326,3)	(65.518,4)	(114,8)	(47.163,1)	-523017,27	(56.277,0)	(1.169,5)	(125.473,9)
Resultado líquido do período das actividades em continuação	(23.709,5)	(233,4)	48.777,0	39.680,0	(120.545,7)	94.960,0	62.871,2	(89.890,4)	(27.019,2)	(15.516,3)	139.131,8	(429.437,7)	545.145,0	(22.572,7)	32.351,8
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14.159,0	0,0	14.159,0
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	(23.709,5)	(233,4)	48.777,0	39.680,0	(120.545,7)	94.960,0	62.871,2	(89.890,4)	(27.019,2)	(15.516,3)	139.131,8	(429.437,7)	559.304,0	(22.572,7)	46.510,8
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.873,9	0,0	52.980,0	195,0	53.462,1
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	(23.709,5)	(233,4)	48.777,0	39.680,0	(120.545,7)	94.960,0	62.871,2	(89.890,4)	(27.019,2)	(15.516,3)	125.258,0	(429.437,7)	506.324,0	(22.767,7)	(6.951,3)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) - Este total é o valor total das EPNF com excepção do Sector da Saúde, ANA e AdP.



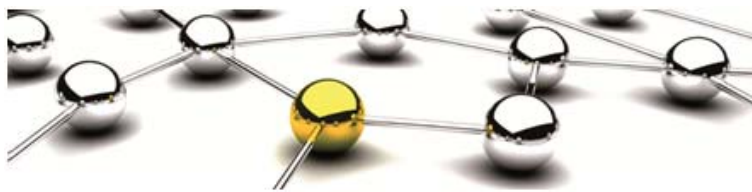
10.6. Balanço das EPNF por sectores – 2010

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infra-estruturas					Outras Infra-estruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total *
			Transportes												
			infra-estr. Aéreas	infra-estr. Portuárias	infra-estr. Ferroviárias	infra-estr. Rodoviárias	SOMA								
Total do activo	397.284	9.443	1.766.043	1.570.628	5.092.820	15.720.996	24.150.488	907.509	25.057.997	478.115	8.314.223	7.673.848	18.739.375	3.473.800	55.779.487
Activo não corrente	291.199	3.671	1.472.395	1.458.852	4.910.102	15.221.051	23.062.399	445.008	23.507.407	341.885	6.607.564	7.144.187	15.289.789	2.494.747	48.411.526
Activos fixos tangíveis	184.554	3.635	1.027.421	1.357.885	4.770.135	27.349	7.182.790	43.010	7.225.800	215.281	1.096.751	4.858.624	3.085.887	1.040.646	15.954.807
Propriedades de investimento	0	0	0	72.683	0	142	72.826	146	72.972	50.738	4.824	5.128	468.509	1.305.525	1.906.434
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.471	328	327.728	0	355.527
Activos intangíveis	100.971	36	252.499	4.759	118.362	15.155.072	15.530.692	366.269	15.896.961	36	4.587.832	2.221.156	4.764.834	12.473	23.008.204
Activos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23.109	0	23.109
Particip. financeiras - equivalência patrimonial	0	0	141.178	0	0	0	141.178	297	141.475	788	586	17.340	3.051.945	34.578	3.105.534
Participações financeiras - outros métodos	437	0	5.629	146	21.573	0	27.349	326	27.675	299	106.877	19.275	1.330.995	69.430	1.448.241
Accionistas / sócios	0	0	20.686	0	0	0	20.686	0	20.686	0	0	0	0	6.376	21.376
Outros activos financeiros	5.237	0	472	1.481	32	0	1.985	0	1.985	74.663	438.453	22.336	1.934.075	12.989	2.051.664
Activos por impostos diferidos	1	0	24.509	21.897	0	38.487	84.894	34.960	119.853	80	344.771	0	302.707	12.731	536.630
Activo corrente	106.085	5.772	293.649	111.777	182.718	499.945	1.088.089	462.501	1.550.590	136.230	1.706.659	529.661	3.449.586	979.053	7.367.962
Inventários	43.419	267	1.130	809	45.067	0	47.006	353.905	400.912	10.855	14.613	27.438	1.456.646	396.794	2.342.376
Activos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.733	0	2.733
Clientes	13.661	672	83.131	29.642	48.039	14.771	175.583	2.074	177.657	27.188	462.849	23.434	599.700	46.165	1.006.397
Adiantamentos a fornecedores	263	0	41	1	6	2.110	2.158	1.558	3.717	1.170	0	1.353	12.635	370	19.508
Estado e outros entes públicos	1.070	88	2.735	1.512	3.406	355.134	362.787	1.101	363.888	2.042	15.192	19.414	46.406	18.140	453.856
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	75	365	0	0	441
Outras contas a receber	26.836	219	58.117	11.242	50.181	92.671	212.210	87.927	300.137	31.091	227.815	243.684	376.128	55.130	1.032.692
Diferimentos	1.665	502	4.767	1.448	43	8.400	14.657	492	15.149	2.566	5.978	15.524	26.205	10.264	77.853
Activos financeiros detidos para negociação	1.070	0	0	5.804	29.949	0	35.753	0	35.753	0	21.222	50.618	0	33.243	141.906
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32.615	22.189	10.000	64.804
Activos não correntes detidos para venda	2.522	0	0	0	0	62	62	0	62	0	0	19.528	0	809	22.920
Caixa e depósitos bancários	15.579	4.024	143.728	61.319	6.027	26.798	237.871	15.442	253.314	61.317	958.914	95.688	906.944	408.137	2.202.474
Total do capital próprio	(545.534)	125	625.647	1.155.889	(1.443.104)	644.974	983.406	(452.548)	530.857	86.838	1.164.935	(5.607.855)	3.125.982	1.118.986	(1.506.943)
Capital realizado	1.016.998	7.500	351.000	236.135	307.700	330.000	1.224.835	395.720	1.620.555	121.415	521.825	2.903.823	1.027.151	532.396	7.117.164
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	16.827	4.500	0	0	21.327	0	21.327	14.475	0	0	0	0	159.481
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.426	74.426
Reservas legais	337	6	151.859	13.332	0	51.140	216.330	101	216.431	902	22.585	129	725.084	25.787	863.311
Outras reservas	9.802	3.952	24.678	462.311	0	86.287	573.275	9.203	582.478	0	29.646	(892)	106.414	9.126	721.437
Resultados transitados	(1.713.220)	(11.157)	68.670	41.239	(323)	26.810	136.396	(818.384)	(681.988)	(107.516)	133.628	(9.600.381)	1.064.126	(161.860)	(11.364.451)
Ajustamentos em activos financeiros	(29)	0	(766)	0	691	48.232	48.157	512	48.668	0	24.616	(6.140)	(467.963)	87.012	(313.836)
Excedentes de revalorização	836	0	0	1.734	(1.604.653)	0	(1.602.919)	62	(1.602.856)	223	61.267	402.104	21.359	2.265	(1.114.803)
Outras variações no capital próprio	334	281	7.377	379.550	0	0	386.926	(27.545)	359.381	63.690	0	1.666.931	0	584.214	2.674.831
Resultado líquido do período	15.730	(457)	6.004	17.089	(146.520)	102.506	(20.921)	(12.217)	(33.138)	(6.352)	135.764	(973.428)	98.217	(35.875)	(878.997)
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	235.604	0	551.594	1.493	554.494
Total do passivo	942.818	9.318	1.140.397	414.739	6.535.924	15.076.022	23.167.082	1.360.057	24.527.139	391.277	7.149.288	13.281.703	15.613.393	2.354.815	57.286.430
Passivo não corrente	646.939	1.678	913.254	317.035	4.709.281	13.325.821	19.265.390	1.215.904	20.481.294	105.370	5.779.409	10.432.082	11.830.444	1.266.236	44.556.467
Provisões	11.595	1.678	3.966	4.594	15.404	821.819	845.783	30.573	876.356	3.198	33.592	239.305	196.917	0	1.368.242
Financiamentos obtidos	569.356	0	687.464	119.998	4.692.579	450.659	5.950.700	558.132	6.508.833	101.725	2.423.312	8.939.632	8.317.715	994.929	24.969.780
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	62.541	0	105.775	49.749	0	0	155.524	40.405	195.928	0	285.190	373.071	130.456	11.259	1.058.446
Passivos por impostos diferidos	173	0	19.907	139.514	0	14.570	173.990	2.525	176.515	0	255.029	17.613	347.993	233.800	775.738
Outras contas a pagar	3.275	0	96.143	3.180	1.298	12.038.773	12.139.393	584.269	12.723.662	448	2.782.286	862.461	2.837.363	5.767	16.384.262
Passivo corrente	295.879	7.640	227.143	97.704	1.826.643	1.750.201	3.901.692	144.153	4.045.845	285.907	1.369.879	2.849.621	3.782.949	1.088.578	12.729.963
Fornecedores	38.400	1.600	6.208	6.385	156.807	29.118	198.518	1.801	200.318	7.749	237.906	88.653	243.596	38.031	697.470
Adiantamentos de clientes	30.102	0	107	215	0	0	322	0	322	73	3.006	777	3.805	14.305	52.389
Estado e outros entes públicos	9.207	1.492	10.171	6.389	84	62.697	79.341	1.836	81.178	2.459	42.256	10.115	237.340	7.343	357.571
Accionistas / sócios	54	0	1.975	0	0	0	1.975	0	1.975	0	0	0	18	0	2.048
Financiamentos obtidos	52.432	0	40.106	52.875	1.333.078	1.554.690	2.980.748	79.629	3.060.377	211.535	516.401	1.623.133	1.832.640	194.630	6.955.697
Outras contas a pagar	27.508	3.797	160.469	23.501	131.525	93.557	409.051	44.101	453.153	44.359	563.328	383.317	1.387.225	308.869	2.903.276
Diferimentos	975	751	8.108	8.261	115.867	10.139	142.376	16.786	159.162	19.732	6.982	96.732	78.325	525.400	888.059
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	14	0	0	14	0	14	0	0	169.423	0	0	169.437
Outros passivos financeiros	0	0	0	64	89.282	0	89.346	0	89.346	0	0	477.470	0	0	566.817
Passivos não correntes detidos para venda	137.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	137.200
Total de Capital Próprio + Passivo	397.284	9.443	1.766.043	1.570.628	5.092.820	15.720.996	24.150.488	907.509	25.057.997	478.115	8.314.223	7.673.848	18.739.375	3.473.800	55.779.487

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) - Este total é o valor total das EPNF com excepção do Sector da Saúde, ANA e AdP.



10.7. Balanço das EPNF por sectores – 2009

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infra-estruturas						Outras Infra-estruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total *
			Transportes													
			infra-estr. Aéreas	infra-estr. Portuárias	infra-estr. Ferroviárias	infra-estr. Rodoviárias	SOMA									
Total do activo	393.973	9.616	1.869.150	1.545.071	4.727.102	13.781.341	21.922.663	851.191	22.773.854	446.094	7.551.046	7.869.894	16.296.556	2.458.582	50.247.064	
Activo não corrente	292.493	3.387	1.565.355	1.414.187	4.539.710	13.400.966	20.920.219	454.937	21.375.156	263.782	5.919.372	7.103.097	13.294.199	1.619.178	43.361.793	
Activos fixos tangíveis	189.436	3.294	1.330.027	1.311.076	4.407.217	29.587	7.077.907	44.949	7.122.856	181.810	1.112.615	4.885.313	3.202.724	681.544	15.660.826	
Propriedades de investimento	0	0	0	74.518	0	0	74.518	156	74.674	46.169	4.783	5.262	460.113	789.587	1.379.327	
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30.140	336	325.978	0	356.455	
Activos intangíveis	97.403	94	57.476	5.556	110.562	13.370.049	13.543.642	370.900	13.914.542	51	4.025.662	2.151.317	4.210.362	10.036	20.393.229	
Activos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.069	0	24.069	
Participações financeiras - método da equivalência	0	0	809	0	0	0	809	346	1.154	810	718	19.436	2.630.646	30.968	2.683.733	
Participações financeiras - outros métodos	432	0	141.522	124	21.900	0	163.546	376	163.922	311	140.152	19.290	1.077.961	73.018	1.199.471	
Accionistas / sócios	0	0	15.000	0	0	0	15.000	0	15.000	0	0	0	0	5.732	20.732	
Outros activos financeiros	5.221	0	580	441	32	0	1.052	0	1.052	34.578	435.086	22.142	1.252.258	13.666	1.329.304	
Activos por impostos diferidos	1	0	19.942	22.473	0	1.330	43.745	38.211	81.956	53	170.215	0	110.088	14.628	297.760	
Activo corrente	101.480	6.229	303.794	130.884	187.392	380.375	1.002.444	396.254	1.398.698	182.313	1.631.674	766.797	3.002.357	839.404	6.885.271	
Inventários	41.488	356	1.012	708	42.298	0	44.018	294.291	338.309	11.408	14.704	29.004	1.080.896	409.162	1.917.108	
Activos biológicos	0	0	0	6.121	0	0	6.121	0	6.121	0	0	0	2.990	0	9.111	
Clientes	16.980	520	63.113	22.885	51.981	10.229	148.208	2.155	150.364	48.892	420.438	30.672	500.415	39.993	934.307	
Adiantamentos a fornecedores	170	0	176	2	6	11.371	11.554	1.272	12.826	1.018	0	7.302	15.140	44	36.424	
Estado e outros entes públicos	949	254	6.831	4.764	2.040	229.856	243.492	1.713	245.205	1.337	13.845	39.380	54.277	19.474	359.546	
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.464	35	68.812	0	200	70.510	
Outras contas a receber	28.055	164	78.485	7.230	56.604	127.610	269.928	90.599	360.527	47.201	365.027	245.653	500.210	93.316	1.263.881	
Diferimentos	2.066	494	10.613	1.712	46	1.101	13.472	477	13.949	5.203	25.572	6.424	24.173	7.699	79.698	
Activos financeiros detidos para negociação	6.681	0	0	0	26.947	0	26.947	0	26.947	0	18.457	29.903	0	2.725	84.713	
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.055	0	266.333	1.708	30.228	301.324	
Activos não correntes detidos para venda	2.593	0	0	14.392	2.498	0	16.890	0	16.890	0	0	0	0	0	19.484	
Caixa e depósitos bancários	2.499	4.440	143.564	73.070	4.971	208	221.813	5.747	227.560	62.735	773.596	43.314	822.548	236.563	1.826.058	
Total do capital próprio	(681.283)	727	587.007	1.134.948	(1.297.276)	412.469	837.148	(297.314)	539.834	57.045	1.061.198	(4.698.185)	3.077.410	812.711	(1.113.610)	
Capital realizado	896.698	7.500	333.750	235.035	307.700	200.000	1.076.485	395.720	1.472.205	101.900	521.825	2.873.703	1.027.151	514.696	6.781.178	
Ações (quotas) próprias	0	0	0	4.500	0	0	4.500	0	4.500	0	0	0	0	0	4.500	
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	27.268	0	0	0	27.268	0	27.268	12.105	0	0	0	0	163.053	
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.426	74.426	
Reservas legais	313	0	40.465	10.241	0	51.140	101.846	101	101.947	893	9.891	126	711.169	16.092	833.643	
Outras reservas	9.802	3.952	106.671	444.772	0	66.882	618.326	9.203	627.529	0	10.556	(342)	75.774	15.866	660.233	
Resultados transitados	(1.689.169)	(10.695)	22.337	17.764	(306)	(512)	39.283	(725.341)	(686.058)	(94.098)	76.613	(9.175.497)	731.713	(155.270)	(11.215.442)	
Ajustamentos em activos financeiros	(29)	0	302	0	0	0	302	512	814	0	26.360	(3.788)	(518.149)	(18.403)	(513.455)	
Excedentes de revalorização	831	0	0	0	(1.484.124)	0	(1.484.124)	77	(1.484.047)	223	75.425	405.107	27.108	2.115	(984.856)	
Outras variações no capital próprio	301	427	7.437	382.955	0	0	390.392	112.306	502.698	50.603	0	1.631.943	0	384.118	2.570.089	
Resultado líquido do período	(23.710)	(457)	48.777	39.680	(120.546)	94.959	62.870	(89.890)	(27.020)	(14.582)	125.258	(429.438)	506.324	(22.378)	(5.851)	
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	215.271	0	516.320	1.449	518.872	
Total do passivo	1.075.256	8.889	1.282.143	410.123	6.024.377	13.368.871	21.085.514	1.148.505	22.234.019	389.050	6.489.848	12.568.079	13.219.141	1.645.871	51.360.674	
Passivo não corrente	720.461	1.416	983.123	316.827	5.004.358	11.927.687	18.231.995	955.297	19.187.291	118.518	5.093.391	10.391.234	10.128.154	674.939	41.121.005	
Provisões	17.011	1.416	2.061	3.642	11.729	661.987	679.420	28.521	707.941	4.088	36.968	211.035	184.530	18.172	1.152.626	
Financiamentos obtidos	641.461	0	674.282	128.556	4.991.331	200.659	5.994.827	500.732	6.495.560	112.924	2.037.814	9.091.504	6.971.600	520.269	23.390.494	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	58.492	0	110.995	51.340	0	10.795.535	10.957.870	6.676	10.964.547	0	318.991	368.391	130.930	10.196	11.851.546	
Passivos por impostos diferidos	177	0	17.035	133.289	0	18.212	168.536	40.543	209.079	0	122.852	16.646	188.897	116.852	529.355	
Outras contas a pagar	3.321	0	178.750	0	1.298	251.294	431.341	378.823	810.165	1.505	2.576.766	703.658	2.652.197	9.449	4.196.983	
Passivo corrente	354.795	7.473	299.020	93.296	1.020.020	1.441.184	2.853.519	193.208	3.046.728	270.532	1.396.458	2.176.845	3.090.987	970.932	10.239.669	
Fornecedores	27.212	1.374	26.593	9.880	140.958	10.127	187.557	1.910	189.467	10.967	258.019	86.130	183.542	158.613	726.783	
Adiantamentos de clientes	44.853	0	4	192	0	0	196	0	196	5.019	3.152	1.054	3.809	31.736	89.818	
Estado e outros entes públicos	10.245	883	16.026	4.333	77	8.621	29.057	1.659	30.716	1.119	58.015	8.498	169.229	8.542	250.073	
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	994	18	0	1.013	
Financiamentos obtidos	75.927	0	31.182	39.831	547.901	1.307.654	1.926.568	95.894	2.022.462	185.891	558.370	1.186.189	1.690.808	128.391	5.274.058	
Outras contas a pagar	31.958	3.733	96.334	27.204	126.119	100.492	350.150	79.810	429.960	32.893	512.713	338.315	958.246	167.187	2.312.218	
Diferimentos	5.850	1.483	128.881	8.138	105.460	14.290	256.769	13.935	270.704	17.680	6.189	100.658	85.335	476.463	851.761	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	3.347	0	0	3.347	0	3.347	0	0	204.735	0	0	208.081	
Outros passivos financeiros	0	0	0	371	99.504	0	99.875	0	99.875	16.964	0	250.272	0	0	367.111	
Passivos não correntes detidos para venda	158.750	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	158.750	
Total de Capital Próprio + Passivo	393.973	9.616	1.869.150	1.545.071	4.727.102	13.781.340	21.922.662	851.191	22.773.853	446.094	7.551.046	7.869.894	16.296.551	2.458.582	50.247.064	

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) - Este total é o valor total das EPNF com excepção do Sector da Saúde, ANA e AdP.



10.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2010/2009

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2010	2009
Custos e Perdas		
Cust. merc. vend. e mat.cons.	(1.521.169.333)	(1.415.117.566)
Fornecim. e serviços externos	(872.967.723)	(803.756.538)
Custos com pessoal	(2.748.919.712)	(2.625.519.276)
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	(190.587.768)	(177.153.401)
Outros custos operacionais	(5.240.192)	(5.170.103)
<i>Custos Operacionais</i>	<i>(5.338.884.729)</i>	<i>(5.026.716.884)</i>
Custos e perdas financeiros	(12.135.437)	(13.327.637)
Custos e perdas extraordinárias	(103.332.692)	(91.515.977)
Impostos s/ rendim. exercício	(9.789.111)	(10.181.182)
<i>Interesses minoritários</i>	0	(1)
TOTAL	(5.464.141.969)	(5.141.741.682)
Proveitos e Ganhos		
Vendas e Prest. Serviços	4.744.472.665	4.505.544.535
Variação da Produção	171.019	0
Trab. para a própria empresa	1.224.524	1.101.538
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	21.479.430	26.550.445
Reversões de Amortiz. e Ajust.	544.435	0
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Suplement.	182.023.937	205.154.505
<i>Proveitos Operacionais</i>	<i>4.949.916.010</i>	<i>4.738.351.023</i>
Proveitos e ganhos financeiros	13.128.783	17.324.496
Proveitos e ganhos extraordinários	182.461.098	121.320.214
TOTAL	5.145.505.891	4.876.995.733
Resultados operacionais		
Antes de subsídios / IC's	(410.448.149)	(314.916.306)
Após subsídios / IC's	(388.968.718)	(288.365.861)
Resultados financeiros	993.345	3.996.858
Resultados correntes	(387.975.373)	(284.369.003)
Resultados extraordinários	79.128.406	29.804.237
Resultados Líquidos		
Antes de inter. minoritários	(318.636.078)	(264.745.948)
Após inter. minoritários	(318.636.078)	(264.745.949)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



10.9. Balanço do Sector da Saúde – 2010/2009

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2010	2009
Imobilizado	1.793.868	1.573.885
Bens de domínio público	88.559	43.005
Imobilizações incorpóreas	15.056	7.926
Imobilizações corpóreas	1.690.248	1.522.840
Investimentos financeiros	6	114
Circulante	1.890.710	1.959.897
Existências	159.138	208.900
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	18.166	11.892
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.297.236	1.117.411
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	416.170	621.694
Acréscimos e diferimentos	2.301.482	1.337.378
Acréscimos de proveitos	2.295.523	1.332.267
Custos diferidos	5.959	5.112
Outros / Activos por impostos diferidos	0	0
Total do activo líquido	5.986.061	4.871.161
Ajustamentos complementares para o justo valor	0	0
Total do activo líquido ao justo valor	5.986.061	4.871.161
Capital próprio		
Diferenças de consolidação		
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		
Reservas	1.171.643	1.062.585
Resultados transitados	(1.443.463)	(1.176.485)
Resultado líquido do exercício	(318.636)	(264.746)
Dividendos antecipados		
Total do capital próprio	1.271.972	1.407.842
<i>Interesses minoritários</i>	0	0
Passivo		
Provisões	57.489	116.825
Pensões	18.695	19.635
Outras	38.795	97.190
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	57.174	28.486
Empréstimos - MLP	40.505	7.196
Dívidas a terceiros - Curto prazo	3.937.422	2.695.130
Empréstimos - CP	422.590	567.387
Fornecedores - CP	1.443.724	895.130
Fornecedores de imobilizado - CP	95.390	77.504
Acréscimos e diferimentos	662.004	622.877
Acréscimos de custos	416.672	390.689
Proveitos diferidos	245.332	232.189
Passivos por impostos diferidos	0	0
Total do passivo	4.714.089	3.463.319
Total do c. próprio, int. minoritários e passivo	5.986.061	4.871.161

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



10.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2010-2009

Milhares de euros

Rubricas		CGD consolidado	
		2010	2009
Margem financeira alargada		1.612.735	1.641.345
Juros e rendimentos similares	(+)	4.388.089	5.317.030
Juros e encargos similares	(-)	-2.972.831	-3.784.087
Rendimentos de instrumentos de capital	(+)	197.477	108.402
Rendimento de serviços e comissões	(+)	648.628	592.463
Encargos com serviços e comissões	(-)	-146.313	-144.695
Resultado em operações financeiras	(+)	124.388	199.497
Outros resultados de exploração, do qual:	(+)	350.963	219.629
<i>Resultado de operações descontinuadas</i>		0	0
Produto da actividade financeira		2.590.401	2.508.238
Margem técnica da actividade de seguros		508.998	491.235
Prémios, líquidos de resseguro	(+)	1.323.352	1.774.167
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	(+)	206.767	250.125
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(-)	-931.660	-1.425.806
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	(+)	-89.461	-107.250
Produto da actividade bancária e seguradora		3.099.399	2.999.474
Custos com Pessoal	(-)	-1.047.134	-1.040.370
Outros gastos administrativos	(-)	-721.197	-698.080
Depreciações e amortizações	(-)	-198.849	-197.981
Provisões líquidas de anulações	(-)	-51.130	-8.059
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(+)	-369.102	-416.846
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(+)	-354.660	-259.280
Resultados em empresas associadas	(+)	7.100	-4.404
Resultado antes de impostos e interesses minoritários		364.427	374.453
Impostos sobre lucros:			
Correntes		-129.219	8.562
Diferidos		64.181	-78.773
		-65.038	-70.210
Resultado líquido consolidado do exercício		299.389	304.243
Interesses minoritários	(-)	-48.806	-25.343
Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD		250.583	278.900
Número médio de acções ordinárias emitidas		900.000.000	819.452.000
Resultado por acção (euros)		0,28	0,34

Fonte: Relatório e contas consolidado



10.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2010-2009

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2010	2009
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.468.752	1.926.260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.264.973	1.238.202
Aplicações em instituições de crédito	3.424.242	8.353.214
Activos financ. ao justo valor através de resultados	5.066.407	6.209.573
Activos financeiros disponíveis para venda	24.748.551	18.851.152
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	732.512	867.967
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	114.867	179.623
Investimentos a deter até à maturidade	3	3
Créditos a clientes	81.907.204	77.222.008
Activos não correntes detidos para venda	423.389	349.678
Propriedades de Investimento	396.441	354.258
Outros activos tangíveis	1.149.998	1.184.058
Activos intangíveis	419.386	406.067
Investimentos em associadas	28.464	26.172
Activos por impostos correntes	90.270	127.886
Activos por impostos diferidos	1.088.680	950.601
Provisões técnicas de resseguro cedido	264.564	258.379
Outros activos	3.273.274	2.479.742
Activo líquido	125.861.974	120.984.842
Passivo	118.021.979	113.827.992
Recursos de inst.crédito e de bancos centrais	14.603.669	6.478.633
Recursos de clientes e outros empréstimos	67.680.045	64.255.685
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	732.512	867.967
Responsabilidades representadas por títulos	19.306.748	25.182.313
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.712.117	1.901.977
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	166.048	270.773
Passivos não correntes detidos para venda	0	0
Provisões para benefícios a empregados	530.192	556.971
Provisões para outros riscos	273.227	239.409
Provisões técnicas de contratos de seguro	5.742.936	6.439.225
Passivos por impostos correntes	57.828	58.982
Passivos por impostos diferidos	180.918	169.804
Outros passivos subordinados	2.800.164	3.201.598
Outros passivos	4.235.576	4.204.654
Capital próprio	7.839.996	7.156.850
Capital	5.050.000	4.500.000
Reservas de justo valor	-507.360	-331.154
Outras reservas e resultados transitados	1.516.424	1.454.731
Result.exercício atribuído ao accionista da CGD	250.582	278.899
Interesses minoritários	1.530.350	1.254.374
Passivo + Capital próprio	125.861.974	120.984.842

Fonte: Relatório e contas consolidado